

Debate Sindical

ANO 11 - Nº 25 - JUNHO / JULHO / AGOSTO 1997 - R\$ 7,50



A resistência ao neoliberalismo e o 6º CONCURTO

*O significado da
marcha dos Sem Terra*
João Pedro Stédile

*O leilão criminoso
da Vale do Rio Doce*
Azis Ab'Saber

*Singela homenagem a
Ernesto Che Guevara*
Frei Beto



ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 4** Mudanças na conjuntura e reflexos no 6º Concut
(*João Batista Lemos e Altamiro Borges*)
- 8** O significado da marcha histórica do MST
(*João Pedro Stédile*)
- 11** O leilão entreguista da Vale do Rio Doce
(*Aziz Ab' Saber*)
- 17** Efeitos perversos da dívida externa
(*Umberto Martins*)
- 23** A lógica regressiva da terceirização nas empresas
(*Francisco J.S. Teixeira*)
- 30** Desemprego: a maior chaga do capitalismo mundial
(*Oswaldo Bertolino*)
- 35** A resistência heróica dos trabalhadores cubanos
(*Silvio Jova Argota*)
- 40** A grande greve operária de junho de 1917
(*Paula Beiguelman*)
- 46** A primeira manifestação do 1º de Maio no Brasil
(*Vicente Salles*)
- 50** 60 anos da morte do revolucionário Antonio Gramsci
(*Augusto Buonicore*)
- 52** Uma homenagem ao guerrilheiro Ernesto Che Guevara
(*Frei Betto*)
- 55** Resenhas de livros
(*Ricardo Antunes e Augusto Buonicore*)
- 59** Concurso Che Guevara de prosa, poesia e cartaz

EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010.

Fone/fax: (011) 289-1496

Conselho de Redação

Altamiro Borges
Augusto Buonicore
Gulomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Umberto Martins

Conselho Editorial

Armando Boito
César Benjamim
Clóvis Moura
Décio Saes
Edgard Carone
Emir Sader
Francisco J.S. Teixeira
João Pedro Stédile
Luís Fernandes
Luís Antonio Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes
Abigail Perelra
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida de Souza
Gilson Luís Reis
Gregório Poço
José Alvaro Gomes
José Carlos Schultz
Luiz Raimundo Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Vianei Martins
Wagner Gomes

Revisão

Josenildo Marques

Capa

Big Nel (fone: 285-2646)

Editoração eletrônica

Sandra Luiz Alves (fone: 289-9574)

Impressão e acabamento

Gráfica Brasileira

Observação

Os artigos assinados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Companheiro (a) sindicalista

Dizem os tais astrólogos que o presidente Fernando Henrique Cardoso, vulgo FHC, atravessa atualmente um conturbado período de "inferno astral". Em decorrência da nefasta orientação econômica do seu governo, muitos brasileiros torcem para que esta sina dure bastante tempo - inclusive para inviabilizar sua pretensão imperial da reeleição. Tanto augouro tem razão de existir!

O "inferno astral" teve início em abril com a heróica marcha do MST, que foi recepcionada em Brasília por mais de 70 mil pessoas, na maior manifestação de oposição ao governo FHC. Prosseguiu nos confrontos no Rio de Janeiro contra a privatização criminosa da Companhia Vale do Rio Doce. E mostrou vitalidade nos atos unitários e massivos do 1º de Maio em todo o país. Essa onda de protestos evidencia o crescimento da resistência popular à ofensiva neoliberal de FHC.

Para apimentar ainda mais o cenário nacional, estourou em maio o escândalo da compra de deputados na votação da emenda da reeleição. As gravações reveladas pelo jornal *Folha de S.Paulo* provam que o ministro Sérgio Motta, amigo íntimo de FHC e ex-tesoureiro de sua campanha, está diretamente envolvido no caso de corrupção. A própria ação imediata do governo para abafar as denúncias e evitar uma CPI coloca sob suspeita todo o processo da reeleição e abala de vez a imagem do presidente - em queda vertical nas pesquisas de opinião.

Todos estes fatos recentes impulsionam a resistência ao governo FHC. Servem para demarcar campo no quadro político, reforçando a oposição democrática e popular. Estimulam as mobilizações combativas de massas contra os retrocessos nos direitos sociais, os ataques à soberania nacional e as restrições à democracia. Contribuem na construção de uma ampla frente de luta contra o neoliberalismo - já materializada no Congresso Nacional com a formação do Bloco de Oposição (PT, PCdoB, PDT e PSB).

Devido ao seu peso na sociedade, o sindicalismo está chamado a desempenhar um papel de relevo na atual conjuntura. A campanha salarial unificada dos metroviários, condutores de ônibus e trabalhadores em saneamento de São Paulo é um exemplo de combatividade a ser seguido - contrariando aqueles que afirmam que o momento é de "menos greves e mais negociação". O processo de preparação do 6º Concut, marcado para agosto, pode dar importante contribuição no esforço de maior unidade na luta contra a ofensiva neoliberal.

O 6º Concut e a luta contra o neoliberalismo

João Batista Lemos * e Altamiro Borges **

O 6º Congresso Nacional da CUT (Concut), marcado para agosto, deverá ter como pano de fundo a nova fase de resistência ao neoliberalismo no país. Apesar das divergências existentes em vários pontos do temário, alguns setores cutistas realizam esforços para que o processo congressual impulse uma maior unidade na luta contra a avassaladora ofensiva das elites. Confirmado esse rumo, o 6º Concut pode se tornar um importante momento de afirmação de um projeto global de enfrentamento a atual onda destrutiva e regressiva do capitalismo.

As recentes mobilizações contra o governo FHC - com destaque para a histórica marcha dos sem-terra, o gigantesco protesto de Brasília em 17 de abril, os confrontos decorrentes da privatização da Companhia Vale do Rio Doce e os atos massivos e unitários do 1º de Maio - sinalizam que o 6º Concut deverá ocorrer num novo contexto da luta de classes no país. Esse cenário, bem mais promissor, reforça a idéia de que é urgente demarcar campo com o projeto neoliberal, unificar os setores de oposição e investir na luta política de massas.

O próprio aumento dos sintomas de resistência, no Brasil e no mundo, reflete recentes alterações no quadro das forças políticas. Por um lado, os ajustes econômicos promovidos pelas elites - como o plano de estabilização conservadora de FHC - já não conseguem entorpecer totalmente suas vítimas. Eles acirram as contradições sociais, expressas no aumento sem precedentes do

desemprego, no brutal arrocho dos salários, nas precarizações das condições de trabalho e na exclusão de milhões. Por si só, indicam o caminho da luta.

Por outro, o cenário de agudização dos conflitos político-sociais abala certas ilusões de setores da oposição. No caso brasileiro, lideranças importantes do PT, o maior partido de esquerda do país, ficaram atônitas diante da vitória de FHC. Algumas inclusive chegaram a apostar no divórcio entre PSDB e PFL, como se esse casamento fosse o responsável pelo incremento do projeto neoliberal. Não entenderam o verdadeiro caráter do governo FHC, apontado pelos próprios credores externos como o seu maior representante no Brasil. Essa incompreensão acabou por prejudicar a resistência, desarmando a luta de oposição.

Agora, entretanto, há sinais de que estes setores finalmente despertam do longo sono. Alguns fatos confirmam essa tendência. A



formação, no Congresso Nacional, do bloco de oposição, reunindo PT, PCdoB, PDT e PSB, reforça a unidade na luta contra FHC. A realização, em abril, da Conferência Nacional por Terra, Trabalho e Cidadania indica o entendimento de que não basta apenas o combate no terreno institucional, hoje dos mais adversos. Além dos partidos oposicionistas, ela reuniu várias entidades populares e democráticas, como CUT, UNE, MST, Contag e CNBB.

Ponto alto desta nova fase de resistência foi a manifestação de 17 de abril. Para receber a heróica marcha do MST, que percorreu 3 mil quilômetros com cerca de 2 mil participantes, mais de 60 mil pessoas deslocaram-se para Brasília, realizando o maior ato de protesto contra a política neoliberal do governo. Ela serviu de coroamento, via movimento de massas, do processo de maior unidade dos setores de oposição. Agora, CUT, MST e outras entidades populares já falam na convocação de uma greve geral para o segundo semestre.

Esses avanços, porém, ainda não indicam que a luta dos trabalhadores superou a atual fase de defensiva, invertendo a correlação de forças. Apontam, isto sim, para um maior acirramento do conflito de classes, agudizando a quebra-de-braço. Tanto é as-

sim que o governo FHC, a exemplo do neoliberalismo no mundo, continua na ofensiva. Após a aprovação parcial do projeto de reeleição, radicalizou suas iniciativas de retrocesso na área social (reajuste do salário mínimo abaixo da inflação, reforma administrativa, previdência e contrato temporário), de aviltamento da soberania (privatização da CVRD) e de ataques à democracia (restrições ao Judiciário, submissão descarada do Legislativo e desqualificação de setores e personalidades oposicionistas).

Reflexos do atual quadro político no movimento sindical e no 6º Concut

Essa evolução do quadro político evidentemente tem reflexos no conjunto do sindicalismo e no próprio processo de preparação do Congresso da CUT. Só os adeptos da visão principista não valorizam tais mudanças conjunturais. O 6º Concut não se dará no mesmo contexto do anterior e nem do posterior, daqui a três anos. O entendimento, mesmo que tático, de que é preciso demarcar campo com o neoliberalismo, unir as oposições e investir na luta política de massas pode

dar uma marca mais combativa e unitária ao processo congressual em curso, o que só favoreceria o avanço da luta de resistência dos trabalhadores.

Isto não significa, por outro lado, que ocorra uma transposição automática, mecânica, da compreensão política mais geral para o sindicalismo. Em toda sua história, o movimento sindical, principalmente o que se encontra sob influência de correntes de viés social-democrata, manifesta certa dose de autonomia diante das flexões políticas. Por sua própria natureza, está mais preso aos desvios economicistas e corporativistas. Além disso, existe a acirrada disputa pela hegemonia, muitas vezes expressa na amesquinhada briga pelos aparatos.

Vale lembrar, a título de exemplo, o triste episódio da reforma da previdência, no ano passado. Na ocasião, o setor majoritário da CUT, a Articulação, apostou todas as suas fichas no famigerado acordo com o governo FHC - mesmo tendo que se contrapor publicamente à bancada do PT, composta na maioria por deputados identificados com esta corrente, que votou contra. Mesmo agora, os partidos de esquerda perceberam mais rapidamente do que alguns setores burocratizados do sindicalismo que é urgente unificar a oposição e investir na mobilização social, superando a disputa partidista e internista que dificulta o combate.

Essas contradições já se expressam no processo do Concut. A tese da Articulação é prova disto. No ítem sobre conjuntura mundial e nacional, é mais contundente no ataque ao neoliberalismo - bem diferente de documentos anteriores, quando vacilava em caracterizar o governo FHC e dava a entender que a "globalização" neoliberal era algo irreversível. Consequentemente, a tese não insiste tanto na defesa das negociações tripartites e do chamado "sindicalismo propositivo" e aponta como positivo o aumento da resistência mundial dos trabalhadores.

Problemas maiores na tese surgem nos capítulos sobre balanço da CUT, questões organizativas e estratégia futura da central. Apesar de não enfatizar o caminho suicida do

"propositivismo", evita-se qualquer auto-crítica ao acordo da previdência e à proposta descabida das reformas populares, apresentada no momento em que o governo estava no auge dos seus ataques à Constituição. Quanto à estrutura da central, a Articulação persiste na defesa do chamado "sindicato orgânico". Mesmo abrindo o teor desta proposta, não altera seu conteúdo centralizador e de incentivo ao plurisindicalismo.

Já no tocante à estratégia, o texto é dos mais dúbios. Não reflete nem sequer a própria análise de conjuntura da tese. Isto pode indicar que a Articulação adotou uma nova compreensão tática, mais combativa, sem abandonar a sua perspectiva estratégica de viés reformista. A novidade é que ela não fala mais em "sindicalismo propositivo", adotando agora o confuso termo "resistência ... propositiva". Essa dubiedade talvez explique a recente notícia, alardeada pelo *O Estado de S. Paulo* (14/5), de que "os metalúrgicos do ABC querem reduzir as greves" para "atrair novos investimentos empresariais" e "melhorar a imagem" do sindicato - que é um dos principais laboratórios da Articulação!

Como se comportam as correntes cutistas diante da evolução da conjuntura

Diante das contradições expostas, quais as perspectivas para o Concut? Quais os reflexos na política de alianças? Como se comportarão as diversas forças cutistas. Ainda é muito cedo para prever os desdobramentos do atual processo. Muita água vai rolar com a realização dos Cecuts (congressos estaduais), dos novos confrontos com o governo e mesmo nas eleições sindicais do período. Neste último ítem, bem mais inflamável, a busca da unidade na luta ainda parece pura retórica. Em vários pleitos, a CUT surge dividida em disputas fratricidas. Em alguns deles, com métodos nada democráticos, até gangsteristas.

Da parte da Articulação, sua tese já foi comentada. Com base nela, sua coordenação nacional propõe uma plataforma unitária, que se expresse inclusive numa chapa ampla no Concut, para “enfrentar a política de terra arrasada de FHC”. Quanto à sua prática cotidiana, entretanto, ainda são poucos os sinais efetivos de mudanças no seu conhecido comportamento hegemônico. Nem mesmo as recentes investidas nas lutas sociais, ainda que positivas, são convincentes do abandono da postura “propositiva”, que privilegia o tripartismo.

Já para o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), hegemônico pelo PSTU, não há nada de novo no front. A presença mais efetiva da central em várias mobilizações não passa de “manobra da Articulação”. Daí bater na velha tese do “bloco de esquerdas” no Concut, como se a evolução da conjuntura não afetasse a sua formulação política. Ao invés de apostar na unidade na luta, o MTS prefere ficar preso à visão principista - acirrando artificialmente a disputa interna na CUT. Esta postura, marcada pelo vanguardismo, tem gerado atritos internos no MTS (que também reúne o PCB) e pode jogar de vez o PSTU no isolamento.

Quanto à Alternativa Sindical Socialista (ASS), que agrupa várias tendências de esquerda do PT, recente seminário rejeitou qualquer aliança com a Articulação e, ao mesmo tempo, descartou a proposta do bloco de esquerda. Pode vir a lançar chapa própria no Concut. A ASS reconhece que a evolução do quadro político possibilita uma maior unidade na ação, mas rejeita uma composição “artificial” de forças cutistas. Os reflexos da disputa interna no partido são evidentes. A novidade é que a ASS finalmente se unificou

na rejeição à proposta do “sindicato orgânico” sob a hegemonia da Articulação.

Por último, a Corrente Sindical Classista (CSC), segunda maior força da CUT, decidiu em recente encontro apostar na construção de um projeto unitário de combate à ofensiva neoliberal. Seu objetivo é fazer com que o Concut reflita a unidade mais ampla das forças políticas expressa nos últimos embates contra o governo FHC. Sem escamotear suas divergências com a tendência majoritária da central, principalmente no que diz respeito ao seu hegemônico exacerbado e à estratégia vacilante, pretende encontrar pontos de convergência táticos que permitam investir no avanço das lutas dos trabalhadores. Essa proposta inclusive não se encerra no Concut e nem está presa às formas de composição das forças no congresso, devendo ser algo perseguido permanentemente.

No que se refere à política de alianças, a CSC decidiu amadurecer a discussão. Pretende acompanhar a evolução da conjuntura e o próprio percurso de preparação do Concut - em especial, os desdobramentos dos Cecuts e das próximas eleições sindicais. A princípio, não apóia a proposta do PSTU, por considerar que ela artificializa a disputa interna e não corresponde ao atual estágio político. Quanto à proposta da Articulação, de chapa ampla, avalia que no momento ela atrita com sua prática hegemônica e suas concepções organizativas e estratégicas. A própria defesa da aprovação de um projeto unitário no Concut não é entendida pela CSC como algo que condicione a montagem de chapas, tendo em vista a norma da proporcionalidade nas eleições para as direções da CUT.

* Integrante da executiva da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)
** Jornalista, integrante da coordenação do Centro de Estudos Sindicais (CES). E-mail: aaborge@ibm.net

Douglas Mansur



O significado da marcha dos sem-terra a Brasília

João Pedro Stédile *

A repercussão na mídia nacional e internacional, o apoio da sociedade e a massiva manifestação em Brasília no dia 17 de abril atestam o pleno êxito da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça. O próprio esforço do governo FHC para desprestigiar a marcha e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também é um indicativo do sucesso da nossa mobilização.

O presidente chegou a chamar de “surfistas e caronistas” os parlamentares e personalidades que estavam nos acompanhando na

marcha. Solidariedade não é oportunismo. Nos orgulhamos da campanha solidária de todos os que estavam na marcha. Foi o en-

contro dos que sempre estiveram ao lado do povo, ao lado das lutas populares e democráticas. Ao contrário de FHC, que pegou carona com o PFL e o PTB para ir em rumo oposto, continuamos lutando por justiça social, pela distribuição da renda, riqueza e poder.

Na audiência que manteve com o MST e as entidades que nos acompanhavam, FHC afirmou que, se não fosse pelo cargo que ocupa, até ele teria caminhado na marcha. Não é o cargo que o impede. É a direção para onde olha. Se fosse caminhar com a marcha, ele teria que caminhar de costas, porque os sem-terra vão em rumo oposto ao do seu governo.

Mas, passada a euforia do dia 17, quando, como escreveu Frei Betto, lavamos a alma (devido ao êxito da manifestação) e o corpo (devido à chuva), é necessário darmos continuidade à luta. A marcha nunca foi vista por nós como um fim. Sempre acreditamos que ela seria um meio para revitalizar as lutas populares contra a política neoliberal do governo FHC.

O principal objetivo da marcha era justamente abrir um canal de comunicação entre os sem-terra e a sociedade. Convictos da justiça de nossa palavra de ordem, de que a "Reforma Agrária é uma luta de todos", de que a nossa luta não podia permanecer confinada na imensidão dos latifúndios improdutivos, vimos na marcha a Brasília a possibilidade de sensibilizar a sociedade.

Esperávamos receber o apoio e a solidariedade à nossa luta. Queríamos denunciar que o governo FHC somente faz marketing de reforma agrária e que tem um ministro-pagaio que está mais preocupado em ocupar os espaços na mídia do que em enfrentar o latifúndio. Para isso contávamos com os debates nas escolas, sindicatos e igrejas e com as visitas aos acampamentos que montávamos em cada parada.

Esperávamos com isso fortalecer a luta pela reforma agrária, mas também queríamos dar a nossa contribuição às lutas urbanas. Queríamos, com nosso testemunho, transmitir a certeza de que através da luta é possível construir um Brasil socialmente justo, democrático e fraterno. Por onde passávamos, que-

ríamos deixar um rastro de esperança e de disposição de luta.

A chegada a Brasília foi o encontro de todos que lutam contra o neoliberalismo

E a chegada em Brasília seria um momento de confraternização e de encontro de todos os que têm disposição para lutar contra a política neoliberal. Seria o momento de mostrar ao FHC que o povo se opõe à política do seu governo. Política que tem causado aumento do desemprego, crise na agricultura e aumento da miséria.

Por isso decidimos não marcar audiências oficiais com o presidente do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal e com o próprio presidente da República para o dia 17. As audiências seriam somente no dia seguinte. O dia 17 seria reservado para os trabalhadores que se opõem à política desse governo. Assim foi pensada a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça.

A marcha, como já mencionamos acima, teve pleno êxito. Durante os 3 mil quilômetros percorridos (uma vez que foram três colunas que percorreram mil quilômetros cada), o apoio, a solidariedade e as manifestações da sociedade tiveram um resultado acima do esperado. É impressionante como o povo brasileiro é solidário com os que lutam. O objetivo que havíamos nos propostos, de fortalecer nossa luta e incentivar as demais lutas, foi plenamente alcançado.

E a chegada em Brasília coroou todas as atividades que foram desenvolvidas durante os 60 dias de marcha. O governo tem dito que a manifestação levou apenas 20 ou 30 mil pessoas a Brasília e que, deste total, apenas mil eram trabalhadores rurais sem terra. Em nenhum momento pensamos em fazer uma manifestação só dos sem-terra. Pelo contrário, o êxito da manifestação estava justamente em nossa capacidade de sensibilizar a sociedade para estar presente nesse acontecimento.

E, sem entrar na discussão de quantas pessoas realmente estiveram presentes na manifestação, o presidente há de reconhecer que nesse dia Brasília parou para receber os caminhantes. Mais do que isso, as atividades em Brasília se transformaram em um acontecimento nacional. Além de terem ocorrido no mesmo dia manifestações significativas em várias capitais brasileiras, os olhos da população estavam voltados para Brasília. Por isso, o número de pessoas, 30 mil de acordo com FHC, ou 100 mil segundo os trabalhadores, perde importância diante do significado que esse ato teve no cenário nacional.

Já a audiência com o presidente FHC trouxe poucas novidades e não nos surpreendeu. Não queríamos reduzir nossa manifestação a uma entrega de pauta reivindicatória, com possibilidades de atendimento de alguns pontos sobre a reforma agrária. Fomos à audiência para manifestar nossa oposição à política agrícola e agrária desse governo.

Se a marcha serviu para estimular as lutas, ela atingiu seu objetivo maior

Sabíamos, de antemão, que a reforma agrária não cabe nos planos de governo de FHC. A agricultura, de modo geral, não recebe nenhuma importância desse governo. Pelo contrário, estamos assistindo a uma enorme crise no campo. Enquanto o governo afirma ter assentado cem mil famílias, mais de 830 mil postos de empregos foram extintos durante os dois últimos anos.

Foi para nos contrapormos a essa política que solicitamos a audiência com o presidente. Apresentamos a FHC a nossa proposta de reforma agrária, indispensável para o desenvolvimento econômico, social e político



do nosso país. Ele se contrapôs, afirmando que sua política agrícola tem gerado mais renda no campo, que o aumento do desemprego se deve à globalização da economia e que as medidas adotadas por ele, como o novo imposto Territorial (ITR), Projeto Lumiar e aprovação de novas leis no Congresso Nacional, têm feito a reforma agrária avançar.

Saímos da audiência certos de estarmos propondo um projeto econômico diferente para o Brasil, enquanto FHC continuou reafirmando sua disposição de seguir implementando as medidas econômicas neoliberais. Por isso a necessidade de fortalecermos nossas organizações populares e desencadearmos grandes mobilizações contra o neoliberalismo em nosso país.

Esperamos que a Marcha dos Sem-Terra tenha reacendido em todos a disposição de lutar. Não podemos nos contentar com o refluxo das lutas populares que vêm ocorrendo desde a eleição de FHC. Refluxo este que tem nos levado a um conformismo característico dos que perderam de vista o sonho de construir uma sociedade melhor, uma sociedade socialista. É possível, é necessário lutar.

Os que estão à frente de qualquer organização - popular, sindical, religiosa ou partidária -, indistintos com este sonho, têm o dever de impulsionar os trabalhadores para novas lutas e formas de organização. Se a Marcha Nacional dos Sem-Terra serviu para esse propósito, atingimos nosso objetivo maior.

* Integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Em defesa do patrimônio e contra a privatização

Aziz Ab'Saber

A desinformação a que se submeteu a pobre e sofrida população brasileira tem - a nosso ver - conseqüências perversas para o exercício da democracia. Ela pode gerar os maiores e mais ignominiosos crimes contra o patrimônio nacional. Pasmem os leitores que têm senso de História: nos últimos anos do século e do fim do milênio, em muitos países do Terceiro Mundo, o Estado parece trabalhar contra a nação. E o Brasil não escapa dessa horrível ocorrência.

Estas e outras meditações e constatações nos vêm a mente em face do quanto se desconhece sobre o significado das pressões privatizadoras do governo brasileiro. Nunca se ouviu falar sobre uma pressão tão forte quanto a que vem sendo feita, nos dias que correm, para privatizar um complexo industrial tão grande, estável e bem organizado quanto a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Ou, a campanha sistemática e inconseqüente de desmoralização da Petrobras. Ou ainda, a venda de empresas energéticas funcionantes; apenas por comodidade administrativa e necessidade de caixa, em uma só e mesma gestão. Na realidade, procura-se vender o futuro, baseado em contingências do presente.

Não é por acaso que a Vale do Rio Doce é a maior companhia de mineração de todo mundo. Também não é por mero capricho empresarial que grupos multinacionais e nacionais pressionam o governo para uma rápida e irreversível privatização da CVRD. Em primeiro lugar porque não existe qualquer esperança de se encontrar outros distritos

minerais polivalentes, tais como o Quadrilátero Central Ferrífero, de Minas Gerais, e a Serra dos Carajás, no estado do Pará. Sobre tudo depois que os satélites rastrearam todas as terras.

É preciso que se saiba que algumas das reservas de minérios da CVRD - se exploradas ao nível do seu volume produtivo atual - podem durar de 200 a 450 anos. Sendo que, na medida em que haja ameaça de esgotamento ou escassez da matéria prima, os preços terão aumento progressivo, em benefício dos países detentores de tais recursos naturais, como é o caso especial do Brasil. Sobre tudo se no momento o país tivesse governantes, tecnocratas e políticos mais esclarecidos e menos "donos" de toda a verdade. Dai porque privatizar a Vale é um atestado de ignorância completa no campo da avaliação dos impactos futuros de um ato que, no mínimo, é um crime histórico da geopolítica mineral vigente nesse fim de século.

Por muitas razões, o caso da Vale do Rio Doce merece uma discussão mais profunda-

da e esclarecedora. Existe uma longa história de acontecimentos que honram o esforço sistemático e a inteligência da mocidade brasileira, no caso da constituição e crescimento da CVRD. É importante entender a trajetória e forma de atuação desta estatal e do complexo industrial centrado na exploração de minerais mais importante do mundo. Sozinha, a CVRD produz e exporta um volume de minério igual à soma das exportações das três grandes empresas "australianas" que abastecem a Ásia (de Leste e Sudeste).

Pelo fato da Vale ter, sob seu controle, as duas mais importantes províncias minerais polivalentes do Brasil - o Quadrilátero Central Ferrífero e a Serra dos Carajás -, ela pode manejar dois dos maiores agrupamentos de minérios, de interesse industrial, da face da terra. Dai porque a cobiça pelo controle dessas riquezas minerais concentradas em espaços relativamente reduzidos - ferro, manganês, cobre, ouro, bauxita, nióbio e titânio - tornou-se um tipo de cobiça sem limites morais ou éticos. Tanto no que diz respeito a grupos multinacionais quanto no que se refere a conhecidos empresários nacionais.

Toda a história produtiva do país está vinculada às atividades da CVRD

No momento em que o governo coloca um esforço desmesurado e inconseqüente no sentido de vender o controle da Vale do Rio Doce para grupos empresariais que ainda são uma interrogação, convém lembrar parte das grandes lutas responsáveis pela implantação e crescimento de nosso principal complexo industrial estatal. De certa forma, a (re)conquista de nossas duas principais províncias de minérios dependeu de uma feliz conjuntura de acontecimentos internacionais e de negociações bem conduzidas por governantes esclarecidos de uma certa época.

Em plena II Grande Guerra, quando o Brasil se decidiu a lutar contra o nazi-fascismo - concedendo o direito de instalação de

bases provisórias para os norte-americanos fazerem transposição de tropas e equipamentos através do Atlântico -, tornou-se possível a negociação entre os EUA, Inglaterra e o Brasil para a administração e, depois, compra da Estrada de Ferro Vitória-Minas e das jazidas minerais do Quadrilátero Central Ferrífero. Isto em consequência das diretrizes do chamado Acordo de Washington.

De 1942, data da fundação da Companhia, até 1952 - em dez anos de trabalho - completou-se "a fase de implantação da empresa, sob o controle do governo brasileiro, tendo sido, para isto, feita a reestruturação regional, com a expansão da ferrovia até Itabira, o equipamento do porto de Vitória, o saneamento da área abrangida pela empresa e as obras sanitárias nas cidades na região de influência da Vale" (Irene Garrido). A soma de benefícios que a CVRD realizou para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo - em nível social, econômico, empresarial e ambiental - somente poderá ser avaliada em trabalhos de futuros e sensíveis historiadores.

Quando os desavisados viajantes brasileiros param seus veículos frente aos trilhos da Vitória-Minas e assistem o desfile de 70 a 100 vagões-gôndolas, carregados de minérios, em direção ao porto de Tubarão (na região de Vitória), há uma rara oportunidade para avaliar a funcionalidade da companhia. A cena, entretanto, repete-se ampliadamente no corredor Carajás-São Luís. O certo é que Minas Gerais, partindo de um inegável ciclo de inércia e decadência, atingiu um excelente nível de industrialização sobre os ombros e as potencialidades dinamizadoras da CVRD. Fato extensivo, em quase toda a linha, ao Estado do Espírito Santo.

Ao fim dos anos 60, a CVRD deixa de ser uma empresa "mineiro-espíritosantense" para se tornar também um complexo industrial "paraense-maranhense"; projetando suas atividades, em rápida diversificação, por oito Estados brasileiros, e seus produtos, a preço baixo, para todas as regiões industriais brasileiras. Toda a história siderúrgico-metalúrgica moderna do país ficou vinculada às atividades produtivas e aos bons níveis de

preço da CVRD. Dela dependeu, em grande parte, a implantação e a multiplicação de montadoras de veículos no país, assim como uma considerável porção de matérias-primas para América do Norte e a Europa Ocidental. Ou, como lembram os sensíveis ambientalistas franceses, dela dependeu o ferro necessário para as escoras do túnel sob o Canal da Mancha, que liga a Inglaterra à França.

Mais do que tudo isso, porém, foi a contribuição da companhia para criar empregos diretos e dar segurança às famílias de dezenas de milhares de trabalhadores, videntes em oito Estados do país. Isto significa empregos diretos para um incalculável número de brasileiros residentes em espaços fora dos limites administrativos de sua área principal de operações. Nesse sentido, não seria exagero dizer que a CVRD contribuiu historicamente para criar uma poderosa e esclarecida classe média, num país que dela muito carece para consolidar sua democracia.

Potencialidades minerais do Brasil sempre geraram a cobiça dos Estados Unidos

A história da descoberta do distrito mineral de Carajás foi, certamente, o acontecimento mais importante da segunda metade do século XX em terras brasileiras. Quando tudo o que existia de riquezas de subsolo no planeta já era conhecido, de repente, escondido por florestas quase contínuas, no sul do Pará, descobrem-se volumosas e diversificadas jazidas em uma montanha não muito elevada, que restou incólume às investigações de antigos geólogos. Um feito contabilizável para alguns jovens geólogos egressos das Escolas de Geologia, em boa hora criadas pela Companhia de Formação de Geólogos (CAGE), nos fins da década de 50 e decorrer dos anos 60.

Breno Augusto dos Santos, então muito jovem, formado em geologia pela Universidade de São Paulo, nas acanhadas instalações da Alameda Glete, foi o privilegiado pesquisador, que após inúmeros percalços, desceu



CVRD - Arquivo Sucem. Foto: Paulo Arumãa

nos altos da Serra dos Carajás, em uma clareira atapetada por uma espessa canga hematítica, testemunho secundário indiscutível das enormes riquezas minerais situadas abaixo dela. E, assim, ao pisar pela primeira vez nos altos da velha serra, estava descoberta a mais importante província mineral, ainda intacta, remanescente da crosta terrestre.

Breno era um ex-aluno de Gene Tolbert na USP, escolhido a dedo por suas qualidades pessoais e profissionais. Os geólogos norte-americanos, vindos para o Brasil após a desastrosa Guerra do Vietnã, tinham um olho para o ensino de geociência e outro voltado para o conhecimento da geologia econômica do país. E foi assim que Tolbert, ao sair da USP, foi guindado à posição de diretor da Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da United State Steel (USS), sediada em Pittsburgh (EUA).

No mesmo ano em que a Union Carbide (1966) descobriu jazidas de manganês na localidade de Sereno, nos arredores de Marabá, a USS planejou o seu programa de explorações minerais na Amazônia, através do Brazilian Exploration Program (BEP). In-

centivados pelas jazidas de manganês do Amapá, perseguia-se a idéia de descobrir novas ocorrências desse mineral, então escasso e de importância básica para a continuidade da indústria siderúrgica em todo o mundo. Contrariando essa prioridade, os jovens geólogos brasileiros descobriram as grandes jazidas de ferro da Serra dos Carajás. E foi assim que Tolbert enviou o seu famoso telegrama cifrado para a sede da USS transcrito pelo jornalista Peterson Pereira em um artigo esclarecedor (1977).

Após a descoberta da canga hematítica em Carajás em uma clareira da Serra do Arqueado, em 31 de julho de 1967, pelo jovem geólogo Breno Augusto dos Santos, ocorreram fatos muito rápidos e complicados. É o próprio autor da façanha que, sem a menor vaidade e com a maior honestidade, registrou os “principais episódios que tornaram possível a descoberta das grandes jazidas do distrito mineral de Carajás”. Duas semanas após percorrerem a região, sempre utilizando helicópteros, foram feitos os primeiros reconhecimentos geológicos para uma avaliação preliminar do teor e volume do minério de ferro. Fato que se deu logo após um levantamento aeromagnético encomendado à LASA, supervisionado por Gene Tolbert e Breno Augusto dos Santos.

Ao término do mês de agosto já se possuía informes seguros sobre a amplitude e o valor das jazidas. E, assim garantido, a 20 de setembro enviou-se para Pittsburgh, em código, um telegrama. E a 16 de outubro já se requeria o direito de pesquisa para uma área total de 160 mil hectares. Ou seja, 1.600 km² de espaço florestado e montanhoso. Uma serra inteira isolada nas selvas, que resistiu aos processos erosivos, num processo designado por erosão diferencial, devido à presença de rochas duras, intercaladas com grandes lentes de hematita.

Ao receber o requerimento pedindo para oficializar as pesquisas já iniciadas, os responsáveis pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) atrasaram a aprovação do solicitado e providenciaram a ida de dois competentes profissionais - J.E. Macedo e J.M. Albuquerque Forman - para

verificar a região das descobertas e os motivos de uma tamanha abrangência espacial, explícita no pedido. Reproduzimos agora o tal documento de Tolbert para maior conhecimento de uma maior número de brasileiros.

“Para Lesperance. Recentes pesquisas aqui revelaram ocorrência de minério de ferro semelhante àquela da companhia de mineração de Orenoco (Venezuela). É uma crosta de 30 metros de espessura. Considerando um volume de material em Orenoco como uma unidade, nós teremos um mínimo de seis unidades (esta possibilidade indicaria dois bilhões de toneladas de qualidade semelhante); provavelmente 15 a 20 unidades (5 a 7 bilhões de toneladas) e possivelmente 100 unidades (35 bilhões de toneladas). Distância a partir de Arquimedes (um ponto combinado no mar) é de 200 a 300 milhas. Recomendando vigorosamente a você, ou a uma pessoa de autoridade equivalente, que venha a Belém nos próximos dias. Papéis estão em tramitação aqui. Eles irão requerer um grande número de assinatura. Estima-se que a descoberta se torne pública em sete ou dez dias. Também há bons indícios de manganês. Eu pretendo ir ao Rio sexta-feira e retornar a Belém na terça-feira. Wrigth já foi avisado, lembranças. Tolbert. Hotel Grão Pará”.

CVRD tornou-se um padrão mundial de empresa moderna e rentável para a nação

Escreve Breno Augusto dos Santos que, em decorrência da entrada dos pedidos de pesquisa no DNPM, “foram transmitidas ao governo as inquietações quanto ao risco de se permitir que o seu controle ficasse exclusivamente em mãos de uma empresa multinacional”. Enquanto a Companhia Meridional continuava suas pesquisas na Serra, desenvolveram-se negociações entre a Vale do Rio Doce - indicada pelo governo brasileiro para isso - e a United State Steel. Sendo que dois dias depois (em 15 de abril de 1970) criou-se a Amazonas de Mineração S/A

(AMZA), constituída com a participação de 51% da CVRD e 49% da USS.

Entretanto, a USS perdeu interesse em investir em infra-estrutura logística que tornasse viável a exploração e comercialização do minério de ferro de Carajás. Seu interesse sempre esteve voltado para o manganês, que por si só - dada sua ocorrência relativamente restrita na região - não incentivava grandes investimentos. Por outro lado, em termos de posição geográfica para acesso a um porto, a usina de El Pao, na Venezuela, oferecia vantagens incontestáveis. Além do que, no início da década de 70, ocorreu um período de forte recessão mundial pelo primeiro “choque do petróleo”, como bem lembrou Breno dos Santos (1986). Pesava ainda a memória de vários fracassos norte-americanos em projetos na Amazônia Brasileira. Estava sendo difícil a opção para um transporte hidroviário, cuja infra-estrutura mostrava-se cara e demorada; ou uma opção por ferrovia de longo traçado, avaliada em quase 900 quilômetros de trilhos.

Esse conjunto de fatores forçou a retirada dos norte-americanos da AMZA, sendo que os mesmos, após desgastantes negociações, exigiram uma quantia de 55 milhões de dólares a título de indenização por suas pesquisas. Dessa forma, o Brasil recomprava o que na realidade era de seu próprio patrimônio, passando a controlar todas as riquezas que o distrito mineral de Carajás escondia em suas entranhas e no seu rico entorno. Desaparece a AMZA e organiza-se a Rio Doce Geologia e Mineração S/A (DOCEGEO) que, a partir de 1974, intensificou as pesquisas em uma vasta área da região de Carajás.

Segundo Breno dos Santos, “aos poucos, a área envolvente da Serra dos Carajás, transformava-se na principal província mineral brasileira, passando a corresponder a uma das mais expressivas concentrações de recursos minerais da terra”. Ao longo dos primeiros anos da década de 80, ultimou-se a



Arquivo Jornal da Vale

construção da Estrada de Ferro Carajás-São Luís, construiu-se o porto da Ponta da Madeira, a pêra ferroviária dos sopés da Serra e a usina de pelotização. Construiu-se o aeroporto numa das bordas planas da Serra, instalaram-se dois núcleos residências e de apoio operacional nos altos do maciço, e iniciou-se a construção da cidade “releis” no piemonte, à beira do rio Paraúpebas.

A comunidade científica, chamada a opinar sobre questões ambientais e ecológicas, ofereceu um discreto apoio e assessoramento ao projeto. De modo totalmente gracioso e altruístico, constituiu o Grupo de Assessoramento de Meio Ambiente (GEAMAM). A exportação de minério, em grande e contínuo volume, iniciou-se em 1986. Pequenas indústrias de ferro gusa surgiram nos arredores de Marabá e de Açailândia, numa condição de prévia para o desenvolvimento da futura região industrial sidero-metalúrgica no “corredor Carajás-São Luís”.

A CVRD conseguiu, assim, implantar dois dos mais modernos corredores de exportação de minérios em território brasileiro, criando um amplo e diversificado mercado de trabalho em Minas Gerais e Espírito Santo, no Pará e Maranhão, e em mais quatro Estados onde opera com empresas coligadas ou subsidiárias. E assim tornou-se um padrão de referência como empresa moderna, rentável, social e economicamente útil para seu país e sua gente. Por duas vezes participou na reconquista de patrimônios nacionais que por caminhos transversos estavam nas mãos de multinacionais explorativas e socialmente insensíveis.

É preciso que a sociedade desperte para defender a nossa soberania ameaçada

Agora querem vender o controle de todo o complexo empresarial da Vale para fazer caixa, na contingência de proteger bancos falidos, subestimando e escamoteando o valor das mais ricas ocorrências minerais do subsolo brasileiro, sem limitação prévia e formal do tempo de duração concedido aos novos controladores da CVRD. Tenham cuidado com a História senhores membros do governo Fernando Henrique, e senhores membros do Parlamento, representantes de um povo maravilhoso, porém mal informado. Deliberadamente mal informado.

Em certo momento da história da atuação da CVRD na região de Carajás, alguns membros da comunidade científica brasileira - de uma determinada geração - foram chamados a compor um grupo de assessoramento ambiental e ecológico para um discreto controle e oferta de conselhos para as implantações da Serra dos Carajás. Constituíamos um pequeno agrupamento de assessores voluntários e altruísticos (GEAMAM), segundo uma sugestão e exigência do Banco Mundial (Warvick Kerr, Aziz Ab'Saber, Oto R. Schubert, Brigadeiro Frazão e outros).

Quase ao término de nossas atividades - que se resumiam em reuniões semestrais e visitas ocasionais a diferentes instalações da Vale -, nos foi solicitado avaliar o pedido de concessão de uma área da Serra dos Carajás e seu entorno, onde a empresa exercia suas atividades de pesquisa e lavras e para qual ela tinha a responsabilidade de realizar uma proteção ambiental e ecológica. O espaço solicitado pela companhia envolvia uma superfície de 441 mil hectares de terras serranas e sub-serranas da região de Carajás. Outros espaços similares ou muito maiores foram postos, mais recentemente, à disposição da CVRD com direitos à pesquisa e futuro direito de lavra, totalizando milhões de hectares.

* Presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

A gente gostaria de saber se nos pérfidos e aviltados cálculos sobre o “preço” da Vale, levados a efeito por incompetentes membros do BNDES, toda essa quantidade de terra, e mais outras, tais como as reservas florestais de Linhares (ES), Buriticupu (MA) e do sul do Pará, estaria incluída entre os bens a serem negociados. Mesmo porque, se isso acontecer, teríamos a obrigação moral de fazer o processo judicial mais importante do século XX contra o governo brasileiro e a favor da soberania dos bens patrimoniais da nação.

Temos a necessidade ética de lembrar que ficamos de acordo com a solicitação de esclarecimento feita pela Vale ao Senado de nosso país, porque era dirigida especificamente para a CVRD e não para eventuais compradores apatriados e especuladores, sejam eles nacionais ou alienígenas. Esperamos que a atual comunidade científica e universitária brasileira desperte de sua apatia e passe a defender, com todo o vigor cultural possível, a soberania de nossos bens patrimoniais, em face dos especuladores de todos os naipes.

A própria SBPC está saindo da “torre de marfim” a que foi conduzida pelos que pensam que a “história acabou” e por aqueles que não sabem respeitar a honrosa trajetória de uma sociedade que, ao lado da OAB, da ABI e de todas as forças mais briosas do país, ajudaram a democratizar o Brasil. Todos nós temos que estar atentos para os problemas nacionais básicos - em nível nacional, regional e setorial -, com o maior nível de conhecimento e discernimento possíveis, prevendo todos os impactos a que a nação estará sujeita, caso vençam sempre as imposições autocráticas de inconseqüentes e inflexíveis governantes e políticos entreguistas. Para estarmos à altura daquela inteligência e espírito de brasilidade que marcou homens como Euclides da Cunha e Rio Branco, passou por Capistrano de Abreu e Joaquim Nabuco, e se projetou em Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Sylvio Froés de Abreu, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Paulo Freire - “para não falar dos vivos”.

A dívida externa manda lembranças

Umberto Martins *

Não faz muito tempo, a dívida externa brasileira foi o principal fator econômico de preocupações e debates no seio da sociedade. Assim, com este status, o tema era refletido nas páginas da grande imprensa, nos círculos da esquerda e no movimento sindical, cujos fóruns reiteravam sempre a necessidade de interromper o pagamento dos débitos. Hoje, entretanto, o assunto anda meio esquecido, apesar de continuar causando grandes estragos na economia nacional.

Na fase anterior, a questão da dívida externa inclusive foi alvo de uma detalhada investigação no Congresso Nacional. Verificou-se que a transferência real de recursos ao exterior para satisfazer os credores, traduzida em grandes superávits na balança comercial e subtraída da poupança e do consumo interno, inibia o crescimento econômico e exigia uma dramática redução da demanda, via arrocho dos salários, restrições creditícias e sucessivos cortes nos gastos públicos. O desempenho da economia durante todos os anos 80, que vieram a constituir a chamada “década perdida”, foram fortemente influenciados pela dívida externa.

Nos últimos anos, e com mais intensidade durante o governo FHC, o tema saiu de moda, deixando a impressão subjacente de que já não é mais relevante. À esquerda, a palavra-de-ordem que exige a suspensão ou o não pagamento da dívida externa só muito raramente e como que por inércia é lembrado. À direita, conforme ainda hoje se constata

diariamente nas páginas dos principais jornais e em geral na mídia, propagandeia-se a idéia de que se a preocupação sobre a dívida externa teve algum significado assim pode ter sido no passado. A política neoliberal, ou para outros a obscura “globalização”, garantindo permanente entrada de capital estrangeiro, acabou com todos os problemas dela decorrente.

A impressão de que a dívida externa deixou de constituir maior problema tem sua razão na inversão do fluxo de capitais entre o Brasil e os países credores (a exemplo do que ocorreu no México, Argentina e outros países da América Latina). O fenômeno, que vem sendo observado nos últimos anos, de fato significa, entre outras coisas, que não está havendo uma transferência real de riquezas nacionais para o exterior a fim de pagar juros, amortizações e dividendos, o que tem sido efetuado por meio do ingresso de capital, via o chamado investimento direto (que nem sempre significa investimento do ponto

de vista nacional) e a obtenção de novos empréstimos. Em outras palavras, a entrada de capital tem sido suficiente para financiar o pagamento de juros e amortizações, o que nos traz de volta a velha tese do ex-ministro Delfim Netto, segundo a qual dívida não se paga, se administra.

Os custosos superávits comerciais deram lugar a crescentes déficits e há quem acredite que o sofrível desempenho econômico da década perdida (quando as taxas médias de crescimento de 7% ao ano, verificadas desde o pós-guerra, desabaram para algo em torno de 2%) ficou definitivamente para trás. O ano de 1996 foi fechado com um saldo positivo no balanço de pagamentos da ordem de 8 bilhões de dólares e as reservas internacionais ultrapassaram US\$ 59 bilhões, provocando uma forte sensação de segurança nas classes dominantes.

O efeito tequila não foi tudo aquilo que se pensou e disse

Assim que estourou a crise cambial mexicana, em dezembro de 1994, generalizou-se a impressão de que seus desdobramentos seriam sentidos imediatamente na América Latina. Pareciam sinalizar uma fuga massiva de capitais dos ditos “países emergentes” e uma nova reversão do fluxo de capitais internacionais, o que terminaria por implicar numa rápida mudança do curso dos projetos de estabilização em andamento na Argentina e no Brasil. Soou o alarme e, com ele, um certo pânico, verificando-se um fugaz movimento de repatriamento de capitais.

Em março de 1995, o governo FHC mexeu pela primeira vez no câmbio, ressuscitando a política de minidesvalorizações, e adotou medidas para restringir as importações (especialmente de automóveis) e o consumo interno. Foi o momento em que se verificou certo recuo na popularidade do presidente. Na Argentina, o susto foi maior e se expressou numa crise do sistema financeiro só a muito custo debelada. De qualquer for-

ma, com o passar da carruagem verificou-se que o bicho não era tão feio quanto se pintava. A crise mexicana foi contornada e não demorou para que o ingresso de capitais estrangeiros (maciço) devolvesse tranquilidade ao mercado. As medidas de contenção das importações e do consumo foram amenizadas.

Agora se vê que a crise cambial mexicana vale menos pelos seus desdobramentos imediatos (ou pelo “efeito tequila”) que pelas lições que encerra. Em primeiro lugar, ela ressaltou que não é possível manter indefinidamente uma situação de crescentes déficits nas contas correntes, pois chega a um determinado ponto em que o financiamento com base no capital estrangeiro encontra seus limites. Revelou, ao mesmo tempo, que o fluxo positivo de capitais não é uma tendência confiável. Não se pode apostar que a reversão do seu sentido a favor dos países endividados seja eterna.

A experiência mostra que, pelo contrário, “os fluxos financeiros internacionais passam por ciclos, por fases alternadas de expansão e contração”, conforme comentou o economista Paulo Batista Nogueira Júnior (jornal *Folha de S. Paulo*, página 2, Caderno 2, 10/4/97). Caracterizam-se ainda pela volatilidade e sensibilidade às mudanças de humor do desempenho econômico (e dos déficits públicos e das contas correntes) das grandes potências, destacadamente dos EUA, cujos formidáveis desequilíbrios exercem forte e permanente pressão sobre a chamada liquidez internacional. É bom lembrar que o ano finalizado com a crise cambial do México, 1994, registrou sete elevações das taxas de juros norte-americanas.

A deterioração das contas externas deixa até o otimista FMI apreensivo

Os primeiros meses deste ano foram marcados pela percepção de uma grave deterioração das contas externas brasileiras, o que vem gerando um foco de incertezas e crescentes críticas à política cambial de FHC.

Muito se fala sobre o problema dos déficits comercial e em transações correntes do balanço de pagamento e até mesmo o otimista FMI, que às vésperas da crise cambial mexicana não poupava elogios à política neoliberal do ex-presidente Carlos Salinas de Gortari (que anda foragido na Irlanda), hoje anda apreensivo. "Poderá haver colapso financeiro de alguns países", alertou o diretor do departamento de pesquisa do Fundo, Michael Mussa.

Embora o Brasil não tenha sido citado diretamente, não é difícil verificar que, por obra e graça da política neoliberal, nosso país é nesses dias um dos mais vulneráveis a tal perigo. A evolução das contas do balanço de pagamentos é bem crítica, como observou o jornal *O Estado de S. Paulo* no editorial intitulado "Sinal de alerta nas contas externas" (06/4/97). Eis alguns trechos do artigo:

"As projeções do déficit de serviços ficam em torno de US\$ 24 bilhões, neste ano. Podem entrar uns US\$ 3 bilhões de transferências unilaterais, basicamente remessa de trabalhadores brasileiros no exterior. Se o saldo comercial negativo ficar em US\$ 8 bilhões, hoje uma hipótese otimista, o país terá de conseguir, só para cobrir a conta corrente, financiamentos no valor de US\$ 29 bilhões, uns US\$ 4 bilhões a mais que no ano passado.

"Mas também será preciso amortizar débitos correspondentes a uns US\$ 20 bilhões" (um mal sinal na conta de capital), cerca de US\$ 5,5 bilhões a mais que em 1996. Para não tocar nas reservas cambiais, será necessário, nesse caso, captar US\$ 49 bilhões, uns US\$ 10 bilhões acima do total captado no ano anterior." Na hipótese de um déficit comercial maior, a necessidade de financiamento externo pode chegar a US\$ 54 bilhões (15 bilhões de dólares a mais que no ano passado).

Observa-se que, apesar de sua grande relevância, o saldo comercial (termômetro da transferência real de recursos de um país a outro e instrumento a longo prazo insubstituível para o equilíbrio do balanço de pagamentos) não é, agora, a única e nem a principal causa do agravamento do déficit nas contas externas. Mais expressivos são os

buracos provocados por juros e amortizações, ou seja, pela **dívida externa**.

Acenando para a perspectiva de aumento das taxas de juros nos EUA, o editorialista acrescenta: "Juros mais altos tendem a desviar enormes massas de recursos para os Estados Unidos. Quando isto ocorre, outros bancos centrais do mundo rico também mexem nos juros, para reduzir o impacto da política norte-americana. Como consequência, sobra muito menos dinheiro para os demais países."

As contas externas revelam uma perigosa semelhança com o malfadado México

Quem se der ao trabalho de observar o desempenho das contas correntes durante os primeiros anos do governo FHC não pode deixar de notar as semelhanças com a situação do México antes da crise cambial ou nos últimos três anos do governo Salinas (veja tabela). Cá, como ontem lá, o déficit é crescente.

Transações correntes do balanço de pagamentos (US\$ bilhões)*

1992	MÉXICO	
	1993	1994
-24,9	-23,4	-28,5
1995	BRASIL	
	1996	1997**
-17,8	-24,3	-31,1

* Dados da Cepal e do Banco Central do Brasil

** Projeção do BC

O problema não está apenas no rombo das contas externas, mas principalmente nas possibilidades de seu financiamento. E é neste terreno que começam a surgir notícias bem desagradáveis para o governo. Uma das diferenças do ano passado para 1997 é que, neste, as reservas internacionais acumuladas desde o governo Collor já começaram a ser demandadas para cobrir os débitos. Estimadas em mais de 59 bilhões de dólares no final do ano passado, elas caíram para US\$ 58,9 bilhões

nos últimos dias de março e para US\$ 56,8 bilhões no dia 27 de abril, US\$ 2 bilhões a menos em apenas 25 dias, conforme o jornal *Gazeta Mercantil* (29/4/97, primeira página), principalmente em função do pagamento de encargos da dívida externa junto ao Clube de Paris.

As previsões sobre empréstimos estrangeiros, que constituem a principal fonte de financiamento do déficit (mais que o dobro dos chamados investimentos diretos, apesar do crescimento desses), não favorecem os planos de FHC. Depois de haver atingido o recorde de US\$ 142,9 bilhões (para os países da periferia), no ano passado, estima-se que caíam para US\$ 132,1 bilhões em 1997. A redução também reflete a preocupação dos credores com a deterioração das contas correntes dos endividados.

Governo tenta reverter o quadro crítico reprimindo as importações e o consumo

Apesar da mania de dissimular as preocupações com frases e piadinhas de mal gosto, FHC anda correndo atrás do prejuízo. Promoveu uma reunião com os funcionários do Itamarati para discutir uma estratégia mais agressiva de comércio exterior, com o objetivo de impulsionar as exportações. Também impôs limites ao financiamento das importações e novas dificuldades ao crédito para os consumidores.

A esta altura, tais iniciativas parecem insuficientes para solucionar o problema. Evidentemente os fatos vão falar mais alto, mas tudo indica que a causa mais relevante do déficit comercial é a sensível valorização do real frente ao dólar (principal referência do comércio exterior brasileiro) e outras moedas estrangeiras, há pouco tempo avaliada em 20% pelo Banco Mundial.

Ocorre que a paridade artificial do real frente ao dólar é a outra face da estabilidade monetária. A experiência do México, entre outras, revela que uma maxidesvalorização da moeda local tende a trazer de volta o

fantasma da inflação alta. Se algo assemelha-se a repetir por aqui, a base frágil e falsa em que se sustenta a credibilidade e popularidade do governo FHC poderia ruir - um preço que tanto FHC quanto Menem, na Argentina, relutam em pagar.

É certo que mais cedo ou mais tarde a casa cai. Seria, porém, precipitado projetar um cenário de catástrofe a curto prazo. Com reservas de bom tamanho e perspectivas de investimentos externos para as privatizações, "reformas" constitucionais e taxas de juros apetitosas, o governo e seu plano ainda têm fôlego. Resta saber por quanto tempo. Há uma conjugação de interesses e condições que levam FHC a pensar que pelo menos até as eleições presidenciais de 1988 tudo correrá bem.

Em entrevista às páginas amarelas da revista *Veja* (07/4/97), ele enalteceu a generosa liquidez do mercado financeiro internacional, estimando que ela lhe garantirá pelo menos "dois ou três anos" de estabilidade cambial, sinalizando o desejo de não desvalorizar significativamente o real pelo menos até a sonhada reeleição. Veremos.

Não se pode deixar de levar em conta que os fenômenos no campo da economia ainda têm caráter objetivo, ou seja, ocorrem independentemente da vontade dos homens e costumam ser bem mais fortes do que as políticas econômicas de governos e instituições. Ainda hoje, vez por outra, as perturbações cíclicas da produção capitalista, malgrado as intervenções anticrise dos governos, trazem à tona esta verdade secular. Há também variáveis, como o comportamento da economia e das taxas de juros nos EUA e em geral nos países credores (com tendência à alta), que podem alterar o curso do fluxo internacional de capitais.

Nação fica mais vulnerável às imposições das grandes potências imperialistas

Qualquer que seja o futuro do plano de estabilização e do projeto neoliberal aplicado

por FHC, o fato é que o custo vem se revelando extremamente elevado para a nação. As repercussões sociais, que já são dolorosas, poderão ser insuportáveis mais à frente. O efeito mais dramático é o crescimento da vulnerabilidade do país às grandes corporações internacionais, decorrente do aumento da dívida externa e desnacionalização da economia.

A história recente é pródiga em exemplos sobre os perigos do excessivo endividamento. Quando se impõe o momento de pagar a conta, como ocorreu em 1982, o sacrifício é grande - no caso, uma **década perdida**. O financiamento do déficit através de empréstimos externos desdobra-se imediatamente no aumento da dívida externa e, conseqüentemente, demanda maior pagamento de juros no futuro. Os débitos com o exterior (brutos, sem subtrair as reservas), situados em cerca de 120 bilhões de dólares no governo FHC, tendem a chegar até o final deste ano a mais de US\$ 180 bilhões.

Evolução da dívida externa líquida (dívida bruta menos reservas internacionais)

1995	1996	1997*
107,4	114,9	138,5

* Dados e projeção do BC

A desnacionalização da economia é outro efeito bem visível das reformas neoliberais. Embora aplaudida pelos entreguistas de plantão, quando avaliada sob a ótica do custo X benefício para os brasileiros (ou dos interesses nacionais) seus resultados são bem negativos. A elevação da remessa de lucros e dividendos traduz um dos seus principais custos. Os recursos transferidos para o exterior são o fruto do trabalho excedente produzido pelos assalariados brasileiros, constituindo um potencial de investimentos subtraído à nação. São lucros apropriados por multinacionais e a decisão sobre a sua destinação é definida nas sedes (matrizes) dessas empresas no exterior, vale di-

zer nos centros imperialistas, em conformidade com suas necessidades.

As estatísticas mostram que a desnacionalização tem sido acompanhada de um expressivo aumento das remessas (de juros e dividendos - os últimos, relativamente inexpressivos frente aos primeiros desde os anos 80, crescem a ritmo de samba, tendendo a ultrapassar neste ano as transferências unilaterais, provenientes da suada poupança de centenas de milhares de trabalhadores brasi-

Remessa de juros e dividendos ao exterior (US\$ bilhões)

	1993	1994	1995	1996	1997*
Juros (líquido)	-8,3	-6,3	-8,2	-9,5	-10,8
Lucros e dividendos (líquido)	-1,9	-2,6	-2,8	-2,8	-3,5

*Projeção do BC

leiros no exterior, principalmente no Japão - prova de admirável apego e amor pela Pátria, em contraste com o descarado entreguismo das elites).

Convém ressaltar que o movimento do capital estrangeiro está intimamente relacionado às demandas econômicas dos centros onde estão sediadas as multinacionais, sendo por elas condicionado. No caso do Brasil e América Latina, conta principalmente os efeitos do crônico e crescente desequilíbrio das contas externas dos Estados Unidos. O que aqui figura como remessa é computado por lá como lucros e/ou juros das empresas e bancos norte-americanos no exterior.

Os fabulosos recursos exigidos para a cobertura dos rombos na balança comercial



Maurício Moraes

e contas correntes daquele país explicam o extraordinário crescimento dos lucros de multinacionais norte-americanas remetidos de diferentes partes do mundo para suas matrizes no centro do império: US\$ 48,3 bilhões no terceiro semestre de 1996, US\$ 48 bilhões no segundo, valores pelo menos duas vezes superiores à média dos anos 80. Esses números indicam que a necessidade de drenar recursos do exterior para equilibrar o balanço de pagamentos dos EUA é crescente e tende a provocar ajustes mais dolorosos em nações dependentes como o Brasil.

Notemos que, embora se fale muito sobre a evolução "positiva" dos investimentos diretos externos, muito pouco se diz sobre a qualidade e o perfil do dinheiro que entra. Na verdade, uma parcela muito pequena constitui de fato investimento, definido como aumento da capacidade de instalação de novas unidades produtivas. Parcela apreciável constitui o chamado capital volátil (à cata de lucros altos, fáceis e imediatos), aplicado nas bolsas e em geral no mercado financeiro. Para atraí-los, e segurá-los, o governo é forçado a manter uma política suicida de juros (bem mais atraentes do que no exterior), que torna inócuo, além de cínico, o esforço de equilíbrio fiscal. Notemos que, em função do aumento das taxas de juros nos EUA, o Banco Central do Brasil teve de interromper a política de redução gradual dos juros aqui, que vinha implementando desde setembro de 1996.

Igualmente significativo é o fato de que bilhões fluem para fusões e aquisições de empresas nacionais e nada menos do que 24% dos "investimentos diretos" realizados em 1996 destinaram-se às privatizações. Ora, fusões e aquisições, além de significar desnacionalização (neste caso), não podem ser classificadas como investimentos. Embora de fato sejam para o capital estrangeiro (que, afinal, está se expandindo), o mesmo não se pode dizer do ponto de vista da economia nacional, já que não implicam necessariamente em aumento da capacidade produtiva, mas apenas em transferência de patrimônio.

* Jornalista, assessor de imprensa do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo e da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

Além disto, com as reestruturações, têm, isto sim, contribuído para elevar o nível de desemprego no país. Assim sendo, não é de se estranhar que, mesmo com o notável crescimento dos "investimentos diretos" de capital estrangeiro, as taxas de formação de capital fixo no país continuem relativamente baixas (em torno de 17%) - e, conseqüentemente, o crescimento do PIB mantenha-se em patamares medíocres para os padrões históricos do país (média anual de 4,3% nos últimos três anos e de 2,9% desde 1990, contra os 7% observados do pós-guerra até o final da década de 70).

Investimentos diretos no Brasil (bilhões de US\$)		Participação do capital estrangeiro nas fusões e aquisições no Brasil (%)	
1992	1,32	1991	25
1993	0,87	1993	35
1994	2,24	1995	41
1995	3,28	1996	49
1996	9,59	1997*	69
1997*	12,00		

*Previsão, dados do Banco Central

*Projeção, dados da Price Waterhouse

A crescente vulnerabilidade da nação e subordinação de FHC ao capital estrangeiro explicam a decisão de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce sem consultar a sociedade e contra a opinião de figuras e organizações eminentes. Explicam também a insensibilidade do governo diante da miséria e das demandas sociais e a política anti-povo, expressa no desemprego em massa e na ofensiva contra os direitos sociais, previdenciários e, em particular, contra o funcionalismo público. Cabe aos trabalhadores intensificar a resistência contra o neoliberalismo e formular um projeto alternativo de poder, nacional, democrático e progressista, rumando, em oposição a este sistema opressivo e explorador, na direção de um socialismo renovado e democrático.



Livro "Trabalho"/Sebastião Salgado

As novas formas de produção de mais-valia

Francisco J.S. Teixeira *

No segundo semestre de 1986, a Nissan, uma empresa de capital japonês, abria sua subsidiária na Inglaterra. A campanha publicitária de lançamento de seu produto no mercado trazia como tema o anúncio do fim de uma época e despertar de um novo mundo, onde, agora, empresa e trabalhadores devem dar as mãos para juntos produzirem os melhores produtos e assim vendê-los pelos preços mais moderados possíveis. Literalmente, a campanha dizia:

“Aqui se tem uma fábrica onde administradores e trabalhadores igualmente vestem casacos brancos e dividem a mesma cantina, onde administradores e trabalhadores são igualmente jovens (...), uma companhia onde nunca houve greve, onde os sindicatos não são proibidos, mas são desnecessários porque os trabalhadores desfrutam de boas condições e se identificam com os objetivos da companhia. É uma fábrica da nova era, da nova tecnologia, do novo consenso. É uma fábrica que está anos-luz distante da militância dos trabalhadores da indústria automobilística da década de setenta” [1].

Esse apelo publicitário da Nissan não é obra de japonês. Nos idos dos anos 40, Monteiro Lobato procurava trazer o mundo das fantasias dos seus contos de fada para o terreno da realidade do mundo do capital, quando por ocasião da fundação de uma empresa editora que trazia seu nome. Naquela época, ainda distante do sonho hoje perseguido pela Nissan, ele propunha aos trabalhadores de sua empresa o velho credo do capital de dedicação e amor ao trabalho. Ele sabia, talvez pela leitura um tanto quanto ingênua de um Taylor ou de Adam Smith, que:

“A economia de tempo e material representa lucro e aumento de salário. Quem pode fazer um serviço em uma hora e o faz em duas; quem mata o tempo em vez de produzir; quem dá dez passos em vez dos oito necessários; quem espicha a sua tarefa; quem se esconde atrás de uma porta; quem maltrata uma máquina; quem estraga uma folha de papel; quem perde um minuto que seja de trabalho lesa a empresa, e lesa, portanto, a si próprio. No fim do ano, a soma desses pequenos desperdícios representa muito. A empresa que consegue evitá-los habilita-se a beneficiar o público com melhoria de preços e ao operário com melhoria de paga. Trabalharemos, pois, com amor e boa vontade, conscientes de que somos um organismo capaz de ir ao infinito, se todas as células cooperarem em harmonia para o fim comum. Podemos nos transformar numa empresa que nos orgulhe a todos - e a todos beneficie cada vez mais. Para isto, o meio é a preocupação constante de produzir com o mais alto rendimento em perfeição e presteza” [2].

Um longo espaço de tempo separa Monteiro Lobato dos diretores da Nissan. Entretanto, algo os une quanto ao sonho por ambos perseguidos: um mundo sem greve, sem conflitos trabalhistas, sem desperdício de tempo de trabalho; enfim, um mundo onde trabalhadores e administradores buscam juntos, todos os dias, a melhor maneira de fazer as coisas, de produzir.

Essas idéias ideológicas parecem encontrar, hoje, terreno fértil para sua realização. Desde a década de oitenta, as grandes corporações passaram a transformar seus antigos empregados em pequenos empresários, que passam a ter como clientes seus antigos empregadores. Por conta disso, costuma-se dizer que as relações antagônicas entre capital e trabalho estão sendo substituídas por relações de cooperação e amizade entre parceiros. Onde antes existia concorrência, esta foi substituída pela parceria; onde havia o monopólio e o segredo da produção se põe a troca; onde havia intrigas, surge a colaboração.

A terceirização das empresas tem sido apontada como a condição possibilitadora para a realização daquelas idéias ideológicas. Mas o que realmente é a terceirização? Ela significa o surgimento de um mundo novo, onde não haja mais lugar para conflitos trabalhistas, onde cada um que desejar pode se transformar em dono do seu próprio negócio? Significará a terceirização uma condição melhor de vida para os trabalhadores? Este texto tem como pretensão desvelar o fenômeno da terceirização, buscando responder essas questões.

O processo de concentração do capital e a lógica e o ethos da terceirização

A sociedade capitalista se caracteriza por um imenso e renovado fluxo de mercadorias, por uma circulação de coisas que assume a forma de um movimento em espiral de compras e vendas, que recomeçam todos os dias e em todos lugares. Esse movimento cíclico que parte sempre do mesmo ponto,

vender para comprar e comprar para vender, aparece na comercialização, ou dos mesmos produtos renascidos pela produção, ou de novos exemplares de mercadorias que surgem para atender as novas necessidades criadas por aquele movimento mesmo.

Como portador desse movimento, o possuidor do dinheiro, que o usa somente com a finalidade de fazê-lo circular naquele circuito espiralado de compras e vendas de mercadorias, num processo ininterrupto de metamorfoses em que ele se transforma em mercadorias e estas em mais dinheiro para se converter novamente em mais mercadorias e assim por diante, torna-se capitalista. Ele, o capitalista, tem que assim realizar um verdadeiro trabalho de Sísifo; compra mercadorias para com elas produzir novas mercadorias para vendê-las no mercado e novamente voltar a comprar para repetir, *ad infinitum*, a mesma operação. Só por meio e através desse movimento circular ele consegue valorizar seu dinheiro; isto é, fazer com que ele gere mais dinheiro. Neste sentido, seu dinheiro se transforma em capital, ou como diria Marx: *money which begets money*.

Esse movimento, que percorre o dinheiro, desde o momento em que ele foi adiantado para comprar mercadorias e com elas produzir novas mercadorias para em seguida serem vendidas no mercado, e assim recuperar o que se gastou inicialmente nessa operação, é um movimento intermitente, descontínuo. Como assim? É bastante situar-se do ponto de vista subjetivo do capitalista, para que tudo se esclareça. Com efeito, quando um capitalista qualquer adianta uma dada soma de dinheiro para comprar mercadorias com a finalidade de produzir novos exemplares de espécie diferente das que ele havia adquirido inicialmente, seu dinheiro foi transformado em força de trabalho, máquinas, matérias-primas etc. Seu movimento cíclico é então interrompido, até que novas mercadorias sejam produzidas e possam se dirigir ao mercado. Aqui, algum tempo é decorrido até que as mercadorias sejam vendidas e assim ele, o capitalista, possa recuperar seu dinheiro para reiniciar um novo ciclo.

Mas, *time is money*. Quanto mais demora houver no retorno do dinheiro às mãos do

capitalista, mais demorado é o processo de valorização do seu dinheiro, mais tempo ele leva para fazer com que seu dinheiro gere mais dinheiro. “Para que perder tempo comprando mercadorias para com elas produzir novas? Não seria melhor comprar mercadorias já prontas para revendê-las”? Certamente assim poderia pensar o capitalista que adiantou seu bom dinheiro, arriscando-se, inclusive, a não recebê-lo de volta. Que pena que ele não possa fazer isso! Se todos seus irmãos capitalistas fizerem o que ele pretende, não haverá mercadorias prontas para todos ganharem dinheiro simplesmente comprando para revender. Dinheiro ele não pode comer. O que fazer então? Só lhe resta uma saída: acelerar ao máximo o tempo de circulação de seu capital, de modo que o tempo transcorrido, desde o momento em que ele adiantou seu dinheiro e o recebeu de volta, seja o mais breve possível. Noutras palavras, ele tem que acelerar o **tempo de rotação** de seu capital, fazê-lo circular mais rapidamente.

Mas, como acelerar o tempo de rotação do capital? Construindo plantas industriais dotadas de maquinarias mais sofisticadas e, conseqüentemente, mais velozes na produção de mercadorias. Para isso, os capitalistas terão que investir em ciência e tecnologia, fazendo delas um dos mais importantes elementos do processo de produção. Somas vultuosas de recursos financeiros são exigidas para essa finalidade, o que leva os capitalistas individuais a se associarem entre si, mediante a fusão de suas empresas, tornando-as cada vez maiores, até atingirem dimensões gigantescas, ao ponto de um pequeno punhado de empresas responder pela quase totalidade do mercado. Esse processo é conhecido na literatura econômica como **processo de concentração e centralização do capital**.

Após o boom de crescimento econômico, o capitalismo atravessa profunda crise

Mas, se o processo de concentração e centralização do capital acelera o tempo de

rotação do capital, por outro lado, ele contribui para ampliar esse mesmo tempo. Trata-se de um processo, em si mesmo, contraditório. Isso assim acontece, porque os investimentos feitos em máquinas, equipamentos etc. exigem somas cada vez maiores de capital-dinheiro, que só podem ser recuperadas depois que essas mesmas máquinas e equipamentos produzam uma grande quantidade de mercadorias, cujo valor de suas vendas se iguale ao dinheiro que foi empatado na compra daquele maquinário e equipamento.

Imagine-se, por exemplo, a constituição de uma empresa para produzir reatores nucleares para usinas atômicas. Além da demora na produção de uma unidade dessa mercadoria destruidora de vidas humanas, exige-se uma grande quantidade de capital-dinheiro empatado em ciência, tecnologia e outros equipamentos caríssimos. De sorte que, assim sendo, o mesmo processo que contribui para acelerar o tempo de rotação do capital elastece esse tempo. Justamente por isso é que os grandes empreendimentos industriais, e que exigem longo prazo de maturação, só são possíveis porque o sistema de crédito proporciona ao capitalista o cómodo expediente de poder contar com dinheiro alheio e não o seu.

Mas, conceitualmente falando, os investimentos feitos nesses equipamentos e maquinário sofisticado de alto valor são investimentos que recebem o nome de **capital fixo**, porque a recuperação do valor nele investido se faz gradualmente mediante um longo ciclo de vendas dos produtos dele resultante. Só depois de um longo período, geralmente de 10 anos, é que o capitalista pode recuperar todo o valor investido em capital fixo.

Se os capitalistas individuais são compelidos a realizar investimentos em capital fixo, de modo a acelerar o tempo de rotação de seus capitais, essa é uma necessidade que se impõe à economia na sua totalidade, uma vez que os capitais individuais constituem apenas frações, cujo movimento é parte integrante do movimento do capital social global da sociedade. De sorte que, assim sendo, a aceleração do **tempo de rotação do capital**

é uma necessidade objetiva, ela tem comandado a trajetória de crescimento e expansão do capital, ao longo de suas diversas fases históricas de desenvolvimento.

Assim é que a longa fase de crescimento e prosperidade econômica do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, até pelo menos o início dos anos setenta, foi uma fase de realização de grandes investimentos em capital fixo. Essa foi a forma encontrada pelo capital para superar a crise dos anos 30, onde ainda predominava processos de produção em pequenas escalas e com uma base tecnológica ainda herdada do século XIX, que fazia lembrar, em muitos setores da economia, os processos manufatureiros da Revolução Industrial, onde ainda se produziam máquinas artesanalmente.

Nesse período de *boom* econômico, a economia mundial conheceu um processo ímpar de concentração e centralização de capital, com a constituição de um pequeno punhado de grandes oligopólios dominando interna e internacionalmente o mercado de mercadorias. Em vista disso, a crise vai alcançar todas as economias industrializadas fundadas em plantas industriais com enorme peso de capital fixo ainda em busca de valorização. Como, então, recuperar o valor empatado nesse capital fixo num período de crise? Acelerando a rotação desse capital. Mas, como fazer isso? Investindo em novas tecnologias e assim desvalorizando o antigo capital fixo mediante sua obsolescência frente às novas máquinas e aos equipamentos mais produtivos.

Esse processo de renovação tecnológica do capital fixo se fez de forma diferente do que historicamente fazia o capital para acelerar o tempo de rotação. O processo de concentração e centralização exigido para acelerar o tempo de rotação não se fez mediante o agigantamento da base produtiva das empresas. A centralização e a concentração se fizeram mediante um processo de **fusão financeira** entre as empresas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, “as companhias americanas gastaram 22 bilhões de dólares comprando umas às outras em 1977, mas por volta de 1981, a cifra chegara

a 82 bilhões, alcançando em 1985 um extraordinário pico de 180 bilhões. Embora as fusões e aquisições tenham declinado em 1987, em parte como resposta ao choque da Bolsa, o valor total ainda estava em 165,8 bilhões em 2.052 transações (...). Mesmo em 1988, a mania das fusões continuou. Nos Estados Unidos, negociações de fusão equivalente a 198 bilhões foram concretizadas nos três primeiros trimestres do ano, enquanto na Europa a tentativa da Benetti, da Olivetti, de assumir o Union Générale da Bélgica, um bando que controlava cerca de um terço dos ativos produtivos do país, indicou a disseminação global da mania das fusões. Muitos dos empregados das 500 maiores empresas norte-americanas, segundo a Fortune, hoje trabalham em linhas de atividade sem relação alguma com a linha primária de negócios com que a sua empresa está identificada. A tarefa da administração é fazer dinheiro e não aço, anunciou James Roderich, presidente da US Steel” [3].

Paralelamente a esse processo de concentração e centralização, via fusão financeira das empresas, que permitiu acelerar o tempo de rotação do capital mediante o simples expediente de ganhar dinheiro com dinheiro, assistiu-se um outro processo de desconcentração e descentralização, agora ao nível da base produtiva das empresas. Para isso, o capital identifica as áreas da empresa nas quais estejam concentradas as tecnologias mais sofisticadas e avançadas e repassa para outras empresas parte de sua planta industrial, que não comprometa seu domínio sobre o produto final. Esse processo passou a ser conhecido, aqui no Brasil, como **terceirização da produção**.

Ao lado das grandes corporações assiste-se uma proliferação de pequenos negócios com estruturas organizacionais patriarcais e artesanais. É o que se pode observar no caso dos Estados Unidos, onde o trabalho autônomo, que caíra constantemente depois de 1950, “sofreu, segundo Reich (1983), uma substancial recuperação depois de 1972, aumentando a uma taxa superior a 25% em menos de uma década (uma tendência que abrangia tudo, do trabalho casual dos desem-

pregados aos consultores, projetistas, operários-artífices e especialistas). Novos sistemas de coordenação foram implantados, quer por meio de uma complexa variedade de arranjos de subcontratação (que ligam pequenas firmas a operações de larga escala, com freqüência multinacionais), através da formação de novos conjuntos produtivos em que as economias de aglomeração assumem crescente importância, quer por intermédio do domínio e da integração de pequenos negócios sob a égide de poderosas organizações financeiras ou de marketing. A Benetton, por exemplo, não produz nada diretamente, sendo apenas uma potente máquina de marketing que transmite ordens para um amplo conjunto de produtores independentes” [4].

A experiência brasileira do acelerado processo de terceirização das empresas

Esse processo de terceirização é também uma realidade na economia brasileira. Veja-se, por exemplo, o caso da Volks e da Ford. Essas duas empresas se associaram para formar a Autolatina, através de um negócio puramente financeiro, que lhes permitiu ampliar seus mercados e dotá-las de maior suporte de capital-dinheiro para especulação. Ao mesmo tempo em que elas se fundiam numa só empresa, passaram a descentralizar várias de suas atividades produtivas. Desde a fusão, em 1987, “vários setores deixaram de ter funcionários da Autolatina e passaram às mãos de empresas prestadora de serviços. Além das áreas como departamento médico, jurídico, restaurante e digitação, a entrega a terceiros atingira setores da fábrica, como tapeçaria, montagem de bancos, pneus e escapamentos” [5].

A Volks e a Ford não são um caso isolado na economia brasileira. A Riocell, uma empresa ligada ao setor de celulose, e considerada como sendo a pioneira no Brasil no processo de terceirização, repassou para pequenas empresas parte de sua produção. O setor de corte de madeira foi totalmente ter-

ceirizado. Além dele, setores como vigilância, alimentação e transporte foram também entregues a fornecedores externos. A Lupo, no início de 1992, “passou um pente-fino na região de Araraquara, onde está localizada, e identificou uma série de pequenas empresas têxteis. Para elas, aquela empresa transferiu parte de sua produção dos modelos mais sofisticados de meias, responsáveis por 35% de seu faturamento anual e 60 milhões de dólares. Numa segunda etapa, selecionou alguns empreendedores com vontade de se estabelecer, mas sem equipamentos para produzir. Para eles transferiu 185 teares de meias em regime de comodato. Em troca, esses pequenos empresários vão produzir com exclusividade para a Lupo durante três anos” [6].

Esses exemplos não esgotam o processo de tendência de terceirização em curso no Brasil. A Localiza National, empresa líder no mercado de locação de automóveis, repassou para uma rede de pequenas oficinas a manutenção e reparos de seus carros, antes executados pela própria empresa. “Hoje, reformas, pinturas e concertos mecânicos são de responsabilidade de uma rede de oficinas credenciadas. A manutenção preventiva, como troca de óleo e de filtro, fica a cargo de mais de 100 postos de serviços espalhados pelo país. A maior parte dos 120 mecânicos foi transformada em donos de suas oficinas. A Localiza deu apoio jurídico e orientação sobre a abertura de empresas. Um manual de procedimento foi elaborado pela companhia e entregue às oficinas credenciadas”. Mas isso não é tudo. Nesse manual “estão especificadas o tipo de serviço exigido pela empresa, o tempo necessário para realizá-lo e o preço. Uma limpeza de carburador, por exemplo, consome quatro horas de trabalho, segundo o manual. A Localiza só paga por esse período. Se o mecânico não cumprir esses prazos, acaba no prejuízo” [7].

Um outro exemplo digno de nota é o caso da Cibié, empresa líder na fabricação de faróis. Nos últimos seis anos, essa empresa “passou para fornecedores externos a fabricação dos 25 componentes de um farol (...). Na Cibié, ficaram apenas o segredo do farol e a formatação da lente de vidro. Aí está o

segredo do farol, afirma Castanho (um dos dirigentes da empresa). Disso não abrimos mão de forma alguma” [8], continua ele.

Essa lista de exemplos poderia ser ampliada mais ainda. Mas isso apenas tornaria enfadonha a leitura do texto. Ademais, crê-se que todos esses exemplos ilustram com clareza a lógica interna do processo de terceirização: **desafogar as empresas de uma estrutura produtiva fortemente carregada de capital fixo e assim acelerar o tempo de rotação do capital.**

Desvelando a falácia do “mundo novo” prometido pela terceirização

Mas, quais são as conseqüências desse processo de terceirização sobre o mundo do trabalho? Uma conseqüência imediata é o aumento do desemprego. Isso pode ser constatado ao se observar, por exemplo, o caso da Ford e da Riocell. Com relação à primeira empresa, o Sindicato dos Metalúrgicos observou que a automação e a contratação de terceiros foram responsáveis pela eliminação de mais de 2 mil postos de trabalho desde 1985. No caso da Riocell, ela tinha, em 1989, 3.600 funcionários. “De lá para cá, esse número desabou para 1 100. É certo que suas prestadoras de serviços absorveram parte desse contingente. Juntas, empregam 1 700 pessoas. Feitas as contas, porém, sumiram 800 empregos” [9].

Mas, por que a terceirização gera desemprego? A resposta não é difícil. Quando uma empresa repassa para terceiros parte de suas atividades internas, ela passa a ter com seus antigos empregados, que porventura venham a se tornar fornecedores para ela, uma relação puramente comercial. Isso dispensa da empresa a tarefa de manter um grupo de trabalhadores nas funções de supervisão e controle dos trabalhadores da produção. Os antigos empregados serão agora patrões de si mesmos e, enquanto tal, terão que se desdobrar em suas atividades, de modo a cumprir as exigências de produtividade e

TERCEIRIZAÇÃO

qualidade requeridas por sua compradora monopse. A concorrência de mercado entre os fornecedores passa a assumir as funções de controle administrativo da mão-de-obra.

Daí deriva uma segunda consequência sobre o mundo do trabalho: **queda na massa global de salários**. Primeiro, porque os trabalhadores que tiveram seus postos de trabalho eliminados dificilmente encontrarão substitutos no mercado, principalmente quando se tem em conta que se trata de um fenômeno geral. Em segundo lugar, as pequenas e médias empresas fornecedoras para as grandes companhias não têm uma estrutura produtiva que lhes permita ganhos de escala e assim possam equiparar-se às grandes empresas em condições de pagamento de salários. Esse fato foi constatado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Segundo o vice-presidente desse sindicato, as montadoras pagam salários, em média, 25% a 30% mais altos que as empresas menores. O desemprego associado com esse último fenômeno só pode redundar em queda na massa salarial da economia.

Mas isso não é tudo. A queda na massa salarial da economia traz embutida em si um efeito danoso sobre as finanças do Estado. De fato, na medida em que aumenta o número de desempregados e cai o nível de remuneração da força de trabalho, menor tenderá a ser a receita da previdência social. E isso, num momento em que mais despesas do Estado são exigidas para socorrer os desempregados, pagar um contingente crescente de aposentados, para não falar nos miseravelmente excluídos do sistema.

“As coisas não param por aí, não”. A descentralização da produção mediante a contratação de terceiros tem como resultado a intensificação e o prolongamento da jornada de trabalho, que chegam a anular as conquistas constitucionais referentes à regulamentação da jornada de trabalho. De fato, a partir do momento em que a empresa terceirizada mantém apenas uma relação comercial com seus antigos empregadores, este terá agora que somente atingir um teto de produção que as coloque em condição de disputar, num mercado monopsônico, a venda de suas mercadorias. Quanto mais traba-

lharem, mais poderão produzir e, quanto mais produzirem, maiores chances terão de crescer suas receitas.

Nesse processo, o que conta é a carga horária de trabalho realizada, de modo que quanto mais se produz por unidade de tempo (intensidade de trabalho) e quanto mais tempo se passar trabalhando (prolongamento da jornada de trabalho), mais possibilidade terá o pequeno empresário de vencer seus concorrentes. Se o capital no século XVI ressuscitou a escravidão, no avizinhar do século XXI ele reinventa a mais-valia absoluta, embora dela nunca tenha renunciado, como forma de obtenção de mais-trabalho. A unidade dialética entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa nunca fora tão evidente a olho nu.

Essa reinvenção de formas arcaicas de obtenção de mais-trabalho tem como contrapartida o enfraquecimento do poder sindical. Com efeito, a luta sindical torna-se praticamente inócua, num ambiente em que tendem a proliferar pequenas empresas com suas estruturas artesanais e patriarcais. Não há como despertar a consciência política de trabalhadores que chegam muitas vezes a se confundir com seus patrões, tanto porque possam estar unidos por laços consanguíneos ou por compartilharem juntos uma realidade de empobrecimento relativo e absoluto, com a permanente ameaça de um contingente de braços desocupados em busca de trabalho.

* Professor de economia política da Universidade Estadual do Ceará, técnico do Sistema Nacional de Emprego (Sine/CE), autor do livro *Pensando com Marx*, editora Ensaio, 1995, e organizador do livro *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*, editora Cortez, 1996.

NOTAS

- [1] “The Red rose of Nissan”, in *Capital and Class*, number 32, summer 1987, London.
- [2] Trecho de Monteiro Lobato extraído do livro *Gerência da Qualidade Total*, de Vicente Falconi Campos, publicado pela Fundação Cristiano Ottoni, da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, 1990, p. 15.
- [3] Harvey, David. *Condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola, 1992, p. 150.
- [4] idem, ibidem, p. 150.
- [5] Jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 4 de novembro de 1991.
- [6] Revista *Exame*, 05/8/1992.
- [7] Idem, ibidem, p. 4.
- [8] Idem, ibidem, p. 4.
- [9] Idem, op. cit. p. 2.

O nosso futuro é o pleno desemprego?

Oswaldo Bertolino *

Um fantasma ronda o mundo, assombrando todos os países e fazendo pouco caso das ameaças que lhe são feitas. Obeso, nervoso e guloso, esse bicho de sete cabeças está por trás da maioria dos acontecimentos importantes da economia mundial nos dias que correm. O México ruiu? A Argentina balança? A coroa sueca foi desvalorizada? Pois lá está o fantasma onipresente e onisciente, um personagem que ultrapassa barreiras e fronteiras como se estivesse cortando a brisa. Prazer em apresentá-lo: ele é o senhor desemprego!

Segundo a ONU, de um total de 5,7 bilhões de habitantes do planeta, um bilhão está sem trabalho. Vários fatores contribuem para engordar esse monstro. Um que se destaca é a revolução tecnológica com base na informática e na microeletrônica - apropriadamente chamada de Terceira Revolução Industrial. É dela que vamos tratar, em essência, neste artigo cujo objetivo central é jogar lenha na fogueira do debate sobre as causas do desemprego. Não é um artigo que pretende dar receita e nem tampouco respostas acabadas.

Antes de prosseguir, uma ressalva: segundo o Dieese, no caso brasileiro há três tipos básicos de desemprego ocorrendo. O conjuntural, provocado pela gestão da política econômica; o da exclusão, decorrente da desqualificação para o trabalho nos núcleos mais dinâmicos da economia; e o tecnológico, resultante dos processos de introdução de novas tecnologias, de técnicas organizacio-

nais e de racionalização do processo produtivo.

Voltando ao assunto: desde a primeira revolução industrial, o dilema máquina versus trabalho sempre representou um quebra-cabeça. É conhecido o movimento dos ludditas, liderado pelo operário Ned Ludd, organizado na Inglaterra para destruir as máquinas. Duzentos anos depois, Ludd ainda inspira seguidores. Em março de 1996, no mesmo país, um automóvel Volkswagen Polo foi levado a "julgamento" e considerado culpado. Ao julgar o carro, disseram, o objetivo era o de recriar a atividade original dos ludditas: arrastar a maquinaria para a praça do mercado, levá-la a julgamento e decidir se era útil ao "bem comum".

Na ocasião, um jovem operário declarou: "O que quisemos demonstrar é que, ao contrário da crença popular, os ludditas não eram grupos de vândalos, mas grandes combatentes pela justiça. Não estavam contra

todo tipo de tecnologia, mas só contra as máquinas que ameaçavam de alguma forma a subsistência dos homens e mulheres no início da revolução industrial.”

Há quem diga, entretanto, que esse dilema vem de mais longe. Consta que no século I, quando o imperador Vespasiano ordenou a construção do Capitólio romano, um artesão propôs a ele a utilização de máquinas que levariam de forma rápida e barata as colunas de pedra até o alto da colina. O imperador teria recusado a oferta, respondendo: “Que me seja permitido dar de comer aos mais pobres.” Quase dois milênios depois, o dilema entre máquina e emprego ainda é visto como na polêmica do artesão romano com o imperador Vespasiano. Os neoludditas da Inglaterra não chegam ao extremo da comunidade fundamentalista Amish, que ganhou notoriedade ao banir o uso do telefone, e nem ao do “Unabomber” americano com seu ódio patológico à sociedade moderna. Mas estão dispostos a criar zonas proibidas para veículos.

Já outros seguidores contemporâneos da idéia de Vespasiano querem criar políticas de subsídio para os trabalhadores acima de 40 anos. O economista americano James Heckman esteve palestrando no Brasil recentemente e declarou: “É um grande erro investir em treinamentos para trabalhadores acima de 40 anos”. Ele propõe que se dê dinheiro ao desempregado mais velho com a condição de que ele mande seus filhos para a escola. “Sabemos que, com o passar dos anos, a capacidade de aprendizado das pessoas cai. É mais vantajoso empregar o dinheiro que seria gasto com elas na preparação das crianças e jovens para o mercado de trabalho”. Heckman disse também que a curto prazo muitas pessoas que não estão aptas a enfrentar a economia moderna não serão mais empregáveis. “É muito caro tentar torná-las produtivas, com pouco retorno.”

Onda de desemprego pode gerar um cataclismo pior do que a depressão de 29

O detalhe que o economista americano não atentou é que essa situação está gerando uma onda de desemprego que poderá produzir um cataclismo diante do qual a Grande Depressão de 1929, responsável pela crise que precipitou a Segunda Guerra Mundial, parecerá um piquenique. Como se comportarão as pessoas diante desse quadro? Os dois séculos de mecanização iniciados com a Primeira Revolução Industrial - a multiplicação das máquinas a vapor que mais tarde, na Segunda Revolução Industrial, foram substituídas por outras movidas a eletricidade e a óleo diesel - desalojaram a maior parte da humanidade das tarefas agrícolas, instalando-a nas cidades. A indústria, bem ou mal, absorveu esse contingente. E os desempregados pela informática? Para onde vão? Ninguém sabe.

Bill Gates, o chefe da Microsoft, esteve no Brasil recentemente e respondeu a essa pergunta com um raciocínio fantasioso: “Cada vez que um emprego se torna desnecessário a pessoa que o ocupava é liberada para fazer outra coisa”. No mundo real, a coisa não é bem assim. A economia neoliberal é diferente daquela em que o Estado intervém empregando diretamente ou irrigando as atividades econômicas com recursos indiretos. Os Estados do chamado socialismo real, da social-democracia ou de inspiração keynesiana atravessaram incólumes ao desemprego no período pós-guerra se utilizando desses mecanismos. Além do mais, a automação não era tão intensa como hoje. Atualmente 75% dos trabalhos feitos por gente já podem ser feitos por máquinas.

Outro americano envolvido com esse assunto que esteve palestrando no Brasil recentemente foi Jeremy Rifkin, autor do livro *O Fim do Emprego*. Crítico severo de Bill Gates - “assim como outros libertários do livre mercado, Gates acredita que a tecnologia vai resolver sozinha todos os problemas sociais, inclusive o desemprego” - e chamado de neoluddista, Rifkin afirma que esses trabalhadores não têm para onde ir. “O setor de serviços, com a chegada dos computadores, está sendo automatizado com rapidez cres-

Alexandre Machado



cente”. Além disso, os empregos nesse setor, que em tese deveria absorver o excedente de mão-de-obra, são relativamente poucos e utilizados, afirma.

O exemplo das montadoras que estão se instalando no Brasil e recusam operários que não tenham pelo menos o segundo grau dá toda razão a Rifkin. “Mas eu sou essencialmente otimista”, diz ele. “Acredito que os ganhos de produtividade permitidos pelas máquinas podem abrir para a humanidade uma nova era de civilização”. A única saída, segundo Rifkin, é repetir o que Henry Ford fez às vésperas da depressão de 1929. “Os ganhos de produtividade foram fenomenais nos anos 20 e os empregadores, como hoje, começaram a dispensar seus empregados. Ford avisou na época que os trabalhadores eram também consumidores, mas seus pares não deram ouvidos. É preciso repartir os ganhos de produtividade da Terceira Revolução Industrial como se repartiram os ganhos anteriores: com redução da jornada, melhor remuneração e a abertura de novas frentes sociais de emprego, como o trabalho comunitário.”

Falar é fácil. A produção capitalista é voltada para o lucro, não para o consumo. O neoliberalismo parte do princípio de que qualquer avanço tecnológico que aumente a

produtividade é essencialmente bom. Crescimento de produtividade é aquilo que cada trabalhador adiciona de valor para cada hora trabalhada. Ou seja, o patrão adquire máquinas modernas, aumenta o ritmo de trabalho e demite o quadro excedente. É o que Marx chamou em *O Capital* de mais-valia relativa. Ela gera desemprego em massa e lucros exorbitantes. A produtividade da indústria brasileira em 1996, por exemplo, foi de 13,1%. Trata-se de um recorde histórico. Economistas liberais propagam que o livre mercado, por si só, fará com que os ganhos de produtividade impulsionem a economia a ponto de ela crescer o suficiente para aliviar o impacto do desemprego.

O capital pouco se importa com o drama dos excluídos do mercado de trabalho

Vamos à realidade: o PIB brasileiro - a soma de tudo o que se produz no país em bens e serviços - cresceu 2,9% no ano passado. O sonho de fazer o PIB crescer até 7% ao ano, como andou divulgando a área econômica do governo, ruiu quando o México despencou e a Argentina entrou em transe. É muito pouco para reincorporar a mão-de-obra desempre-

gada - sem contar a que está entrando no mercado de trabalho. Já a produtividade, segundo o IBGE, entre 1990 e 1995 aumentou 49,5%.

No ano passado, a Cepal (Comissão Econômica Para a América Latina) divulgou um cálculo segundo o qual se o aumento da produtividade fosse igual a zero, as economias da região precisariam crescer a uma taxa anual de 2,1% até o ano 2015 apenas para evitar um aumento do desemprego. Dados da consultoria Macrométrica indicam que se o Brasil crescesse a um ritmo de 4,5% e a população 1,36% (média dos últimos anos) só em 2025 chegaríamos à renda per capita que tinham os espanhóis em 1995. Não há perspectiva de maior crescimento do PIB do que o do ano passado - embora Antônio Kandir, ministro do Planejamento, num comportamento típico de quem andou com Collor, tenha divulgado um potencial de crescimento de 9% apenas para fazer propaganda a favor da reeleição.

Esqueça, portanto, as promessas do Plano Real de distribuição de renda e de elevação do bem-estar da população. A dimensão social da vida dos trabalhadores se afunila na questão do emprego. É na dimensão micro de uma sociedade que a vida das pessoas acontece. É nela que comemos, trabalhamos - ou não -, estudamos e vivemos. De nada adiantam, portanto, os números exuberantes da economia brasileira, que prevê um PIB de um trilhão de dólares na virada do milênio, se no cotidiano as pessoas vivem a tormenta de estar sem trabalho ou ameaçadas de perder o emprego a qualquer momento.

A penúria social brasileira nada tem a ver com o "custo Brasil". É outra a explicação para o nosso passo miúdo - às vezes andando para trás - em direção ao desenvolvimento econômico com distribuição de renda. No outro lado do modo de produção capitalista está o capital. É nessa face da moeda que repousa a explicação. Para o capital pouco importa a sorte que terá o trabalhador excluído do mercado de trabalho pela produtividade. Os que ficam precisam produzir cada vez mais e com menos custo. A lógica do capital é a de obter mais lucro e para isso quanto menos encargos, melhor.

Não é verdade que o "custo Brasil" - pelo menos em termos de encargos trabalhistas - é alto, como repetem aos quatro ventos os apóstolos do livre mercado. Segundo o Bureau of Labor Statistics (um órgão americano de pesquisa), em 1990 o custo por hora na indústria brasileira de transformação era de três dólares. No mesmo ano, o custo na Coreia do Sul era quatro dólares, no Japão 13 dólares e nos Estados Unidos 15 dólares. O "custo Brasil", no que diz respeito aos encargos trabalhistas, é pífio.

O contrato temporário do governo FHC visa elevar os lucros das empresas

Mas o governo de FHC anda divulgando que para combater o desemprego as relações de trabalho não devem conviver com calços, tramelas ou travas de segurança. "As partes que se entendam livremente", disse há poucos dias o ministro do Trabalho, Paulo Paiva. Não há nada de espantoso quando uma afirmação dessa parte de quem quer, por exemplo, o contrato de trabalho temporário que limpa o vínculo empregatício das conquistas seculares dos trabalhadores. O que é difícil de concordar é com alguns sindicalistas que gritam "uau" ao saber que o homem que a equipe econômica do governo colocou no Ministério do Trabalho para adequar as relações de trabalho à sintonia do ajuste neoliberal brasileiro quer promover mudanças na legislação trabalhista.

A intenção do governo ao propor a desregulamentação das relações de trabalho não é a de combater o desemprego, mas sim a de aumentar os lucros do capital. "É infundado dizer que a desregulamentação é uma solução ótima para o problema do desemprego", diz um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) recentemente divulgado. "Não há provas que confirmem que a desregulamentação é a única saída para a crise do desemprego". Para confirmar esse alerta da OIT, a Associação Brasileira de Empresas de Trabalho Temporário (Asser-

Douglas Mansur



tem) afirma que em dois anos 25% dos trabalhadores temporários perderam o emprego. Foram os mais atingidos de todos os setores da economia.

Defender a legislação trabalhista não se trata de sentimentalismo. Simplesmente é a vida como ela é. Onde estão os direitos que os trabalhadores conquistaram em suas lutas desde o século passado? Estão na Constituição e na CLT. Elas precisam de mudanças? Claro. Mas precisamos mandá-las para o cemitério? É um exagero que só piora a situação. As mudanças precisam ser feitas à base de critérios objetivos e não de paixão. O movimento sindical ainda atua de maneira desencontrada quando trata desses temas.

* Diretor de imprensa do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e membro da coordenação estadual da Corrente Sindical Classista (CSC/SP)

Desemprego e legislação trabalhista se entrelaçam numa situação como a que estamos vivendo atualmente no Brasil. São questões que precisam ser entendidas no âmbito político e no estrito marco das relações entre as classes sociais.

Um dos fatores que dificulta a defesa dos trabalhadores é o movimento sindical dividido em lotes cercados de arame. Nesse sentido, a proposta do sindicato unitário por ramo de atividade, aprovada recentemente pela CSC em sua plenária nacional, em Belo Horizonte, vem dar uma grande contribuição. A unidade na base simplesmente representa o que há de melhor nesse momento. O corporativismo e o pluralismo, sejam eles de centrais, como preconiza o sindicato orgânico, ou de categorias, só atrapalham.

O movimento sindical perdeu uma grande oportunidade de se manifestar claramente para a sociedade com uma visão classista quando ocorreu a votação da emenda da reeleição. Entramos em campo nervosos e nossa defesa bateu

cabeça. O adversário se aproveitou da situação para inaugurar o placar. Mas o jogo não acabou. Agora é a hora de mudar a ordem tática, polir as chuteiras e partir para o ataque. Não apenas porque essa é a melhor opção. É porque não há escolha.

Nessa disputa não pode mais haver rebaixamento. O desemprego é uma face cruel do capitalismo que com o neoliberalismo ganha feição de monstro. Ou acabamos com as suas causas ou, como as saúvas, elas acabam com o Brasil. A pergunta que fica é a seguinte: o capitalismo tem condições de conviver por longo tempo, em nível mundial, com esse monstro?

O congresso da CTC e a resistência do povo cubano

Silvio Jova Argota *

No artigo a seguir, o historiador cubano analisa a atual situação do seu país a partir da realização do XVII Congresso da Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC), no ano passado. Aponta o esforço de resistência do seu povo diante das adversidades impostas pelo cruel bloqueio econômico dos EUA e do colapso do bloco soviético. Aborda também a contribuição do sindicalismo cubano na recente recuperação da economia e na manutenção das conquistas sociais da revolução.

No dia primeiro de maio de 1996, com massivas marchas populares em Havana que reuniram mais de um milhão de pessoas, concluiu-se o XVII Congresso da Central de Trabalhadores de Cuba (CTC). O processo do congresso começou exatamente um ano antes, no 105º aniversário do Dia Internacional dos Trabalhadores, com atos em todo o país. Nesse dia se fez a convocatória para a principal reunião do movimento sindical cubano num momento histórico de excepcional importância.

O congresso anterior, o XVI, foi celebrado em janeiro de 1990. A situação então era preocupante. O socialismo na Europa se desmoronava e a União Soviética encontrava-se numa crise que conduziu a seu desaparecimento como o maior Estado do mundo em menos de dois anos. Como se isso fosse pouco, os Estados Unidos haviam celebrado, dias antes, um sangrento ataque ao povo pa-

namenho, anunciando assim que o fim da guerra fria não era o começo da paz num mundo unipolar.

Em discurso pronunciado no final daquele congresso, Fidel Castro conclamou os trabalhadores a se prepararem para uma situação bastante complexa: “o período especial”. Tal cenário, previsto desde o início do governo Reagan, partia de uma possível variante de bloqueio total como parte da agressão norte-americana e concluía-se, evidentemente, em outras circunstâncias. Perdiam-se as ligações econômicas com a comunidade socialista a qual estava incorporada o país, sem que desaparecesse a pressão exercida pelo nosso vizinho poderoso, que queria submeter os cubanos à fome e às enfermidades.

As resoluções do XVI Congresso não poderiam prognosticar com tanta exatidão o que iria acontecer. Vejamos como evoluiu o Produto Interno Bruto de 89 a 93:

(em milhões de pesos - um peso igual a um dólar no câmbio oficial)

1989	19586
1990	19008
1991	16076
1992	15010
1993	12777

Ou seja, em cinco anos este importante indicador caiu mais de 30%. Explicar as causas desse declínio em poucas palavras é uma simplificação arriscada, mas inevitável para entender o problema. Do ponto de vista do autor, podem-se assinalar três elementos importantes, não únicos, como as razões desta crise.

Bloqueio dos EUA e colapso do Leste Europeu explicam as dificuldades de Cuba

Primeiro: o giro à direita dos países ex-socialistas significou a ruptura, mais ou menos abrupta, de convênios comerciais no abastecimento de matérias-primas, combustíveis e outros insumos à indústria e à agricultura cubanas. Isto foi especialmente dramático com o desaparecimento da República Democrática Alemã, segundo sócio comercial de Cuba, e, sobretudo, com a desintegração da União Soviética, que era responsável por 70% dos intercâmbios do país com o exterior. Para os cubanos, cujo desenvolvimento econômico se baseava em planos de longo prazo, com abastecimento assegurado em preços estáveis e justos, e que sofrem com a ausência de fontes próprias de energia, tal mudança foi muito negativa.

Segundo: o bloqueio dos EUA contra Cuba, iniciado praticamente com o triunfo da revolução e que custou perdas de sessenta bilhões de dólares, significou, entre outras coisas, que o poder de compra no mercado internacional reduziu-se entre 30% e 40%. Isto se explica pelo custo do transporte à distância, pelos preços altos a pagar que compensem as ameaças e sanções do governo dos

EUA contra quem comercialize com Cuba, pela falta de créditos no exterior e, em geral, pela perseguição a todos que se relacionem com Cuba em qualquer campo.

Terceiro: a economia cubana estava em plena luta, desde 86, para aumentar sua eficiência, processo este conhecido como de "retificação de erros e tendências negativas". Visava melhorar o funcionamento de estruturas sobrecarregadas, erradicar travas burocráticas e enfoques tecnocráticos e elevar os índices de aproveitamento dos recursos materiais, financeiros e humanos. Havia consenso sobre a urgência do uso crescente da ciência e da técnica potencializadas pela revolução neste campo. Só que em função do duplo-bloqueio, dos EUA e do desmanche do Leste Europeu, as medidas nesse rumo foram prejudicadas.

Todos estes fatores resultaram em grandes dificuldades para a vida cotidiana do povo cubano. Este teve que enfrentar, nas 24 horas do dia, problemas associados à escassez de recursos essenciais; cortes de energia elétrica; sensível piora dos transportes; queda na disponibilidade de alimentos e medicamentos; ausência de produtos na rede comercial etc. Alguns no mundo apostaram que, de um momento para outro, as penúrias materiais se converteriam em instabilidade política e lançariam a sociedade socialista num despenhadeiro.

Contudo, este desenlace não ocorreu e em 1994 inicia-se um ligeiro ascenso da economia. Lentamente os indicadores começaram a se recuperar. O PIB saltou de US\$ 12.868 bilhões, em 94, para 13.190 bilhões em 95. Em 96, superou os US\$ 14 bilhões. A principal produção de Cuba, a açucareira, cresceu em mais de 30%.

O recente processo de recuperação da economia resulta o esforço interno

As condições externas não explicam esta discreta melhoria. O esquema de integração vantajosa entre os países socialistas não

ressurgiu, nem apareceu nenhum outro que o substitua. As inversões estrangeiras estão ao redor de dois bilhões de dólares em diversas fases - alguns apenas nas intenções. Cuba concorre no mercado internacional com mais obstáculos que elementos favoráveis. Os EUA não deixam de dar voltas nos torniquetes para apertar o bloqueio. A Emenda Torricelli, de 1992, mostrou-se amplamente superada em seus propósitos destrutivos pela lei Helms-Burton, aprovada em março de 1996.

Estes fatos indicam que as causas da recuperação estão dentro de Cuba. Mais uma vez os trabalhadores demonstraram sua enorme capacidade de resistência diante das adversidades. Quando a situação se agravou, foi traçada uma estratégia para a guerra econômica imposta pelo imperialismo baseada nos seguintes princípios;

* Resistir sem deixar-se envolver pelo pessimismo, sabendo que não é a primeira prova de fogo do povo cubano. O principal era sobreviver com dignidade;

* Defender as conquistas socialistas da revolução, não só nos níveis alcançados na saúde, educação, ciência e esporte, que possuem resultados comparáveis aos dos países industrializados, mas também com a profunda e ampla participação popular em todas as atividades. Preservar estas conquistas, o que significava não fechar escolas, nem hospitais, nem centros científicos; não reduzir os benefícios da seguridade e assistência social, nem abandonar à sua sorte os grupos mais vulneráveis; não deixar nenhum trabalhador desamparado;

* Aplicar medidas de ajuste econômico de maneira paulatina, sem adotar as políticas de choque neoliberal e mantendo o controle estatal sobre a economia;

* Abrir uma ampla consulta popular sobre as medidas de ajuste e aperfeiçoar a comunicação entre as massas e seus organismos revolucionários;

* Acionar todas as potencialidades do país para aumentar a eficiência, obter maior competitividade e melhorar o funcionamento da economia, sem renunciar ao desenvolvi-

mento e nem afastar-se dos objetivos socialistas.

Cuba reforçou mecanismos democráticos de direção para enfrentar a crise

Nesse período, a situação adversa tem sido enfrentada como só pode ocorrer onde os trabalhadores estão no poder. Em outubro de 1991 celebrou-se o IV Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC), antecedido por ampla discussão não só nas organizações partidárias, mas em cada centro de trabalho e de estudo. Este deu ênfase à necessidade de aperfeiçoar as formas democráticas de condução do país, que se baseiam em algo mais do que os processos eleitorais periódicos. Também iniciou o processo de análise coletiva sobre a adoção de medidas para enfrentar cada uma das dificuldades - o que incluía novas formas de propriedade, estímulo às inversões estrangeiras e atenção preferencial aos setores da economia que poderiam proporcionar divisas com rapidez, como o turismo.

Em 1993, a revolução cubana se submeteu a prova com as eleições dos delegados e deputados dos municípios até a Assembléia Nacional. As organizações populares, presididas pelo movimento sindical, conduziram o processo eleitoral concluído em 24 de fevereiro. Apesar da propaganda exterior incitando às diversas formas de abstenção e protesto, a votação direta e secreta contou com mais de 95% da população. A propósito, é bom recordar que se transmite dos EUA, mensalmente, mais de quatro mil horas de guerra psicológica radial contra a revolução.

A Assembléia Nacional eleita, com grande número de trabalhadores e dirigentes sindicais, enfrentou a missão de encarar a situação financeira atingida por sérias deformações. Milhões de pesos em circulação, baixa oferta de produtos e serviços, orçamento nacional deficitário, o dólar cotizado extra-oficialmente a mais de cem pesos, mercado paralelo com preços incontrolláveis gerando vícios numa parte da população, en-

tre outros problemas. Era urgente promover o saneamento das finanças internas para assegurar a governabilidade do país.

Não obstante, o principal problema enfrentado era o da economia semi-paralisada. Havia a necessidade imperiosa de obter divisas para adquirir combustíveis, alimentos, remédios etc. A produção deprimida e os serviços vitais afetados em quantidade e qualidade eram uma consequência conjugada da falta de recursos externos/internos e da ausência de estímulos ao trabalho decorrente do baixo poder aquisitivo e do mercado por demais desabastecido. No restante do mundo, onde estes problemas são comuns, aplica-se o receituário neoliberal para solucioná-los. Descarrega-se sobre os trabalhadores o custo fundamental do ajuste; alguns indicadores econômicos crescem, mas também aumentam os índices de pobreza, desamparo e desemprego e ocorre a redução das conquistas sociais.

Em Cuba, a partir de um amplo debate público, inclusive televisionado, foram construídas as linhas de enfrentamento dos problemas. Ocorreram mais de 80 mil "Parlamentos Obreros", convocados pelo movimento sindical, encarregados de propor medidas sobre preços, impostos, eliminação de algumas gratuidades etc. O saneamento seria resultado da consciência coletiva. Estas reuniões aprovaram iniciativas em cada centro de trabalho para elevar a eficiência. Desse modo, criou-se um estilo para aperfeiçoar a participação dos trabalhadores na tomada de decisões, rompendo fórmulas antiquadas e não apropriadas às novas condições.

Congresso da CTC envolveu 3 milhões de trabalhadores no processo de discussão

Sem dúvida, o "período especial" trouxe um crescimento na consciência econômica dos cubanos. Estes antecedentes é que permitem compreender porque se diz que o XVII Congresso foi iniciado bem antes, prosse-

guindo na análise dos problemas e impulsionando a aplicação de medidas. O chamamento no 1º de Maio de 95 resumia os principais temas do evento. Durante todo o processo de preparação, quase 3 milhões de trabalhadores cubanos participaram das discussões das teses - o que converteu o XVII Congresso no mais importante evento político deste período.

É prudente esclarecer que os congressos da CTC são fundamentais para o avanço do sindicalismo cubano, mas que entre eles acontecem fatos que demonstram a sua verdadeira vitalidade. Assim, por exemplo, entre os dois últimos surgiram dois novos sindicatos nacionais por ramo de atividade: o da Ciência, cujo papel é o de coordenação dos trabalhadores científicos filiados a outras entidades (saúde, educação, agricultura etc); e o da Hotelaria e Turismo, desprendido do Sindicato dos Trabalhadores em Comércio, Gastronomia e Serviços, em decorrência do enorme dinamismo deste setor e da sua complexidade. Além disso, todos os sindicatos nacionais também realizaram os seus próprios congressos e cada um adotou medidas específicas para o setor ou o ramo que lhe compete.

Já o processo de discussão do congresso nacional seguiu os seguintes passos:

* Conferências municipais da CTC, com delegados eleitos nas organizações de base, objetivando aprofundar a análise dos temas e renovar as direções locais. Foram criados mais de 1700 grupos de estudo, que aprovaram medidas concretas em cada lugar. Tal dinâmica se manteve em todo o processo congressual.

* Conferências provinciais, que acumularam o realizado nos municípios, com 178 grupos de trabalho que tomaram medidas num território mais amplo.

* A etapa mais rica foi a da elaboração e discussão do projeto de teses. Esta foi submetida a consulta em mais de 81 mil reuniões, envolvendo três milhões de participantes. Foram apresentadas 8.565 emendas ao projeto para análise nas sessões finais do congresso. Nesse processo houve a participação de muitos especialistas e grande e respeitosa pluralidade de opiniões sobre cada tema.



* Simultaneamente, foram eleitos os 1.900 delegados ao Congresso Nacional da CTT, a partir de 70 mil pré-candidatos. Garantiu-se a representação de todos os setores da economia e territórios e a presença proporcional das mulheres - que representam 50% da força de trabalho e cerca da metade dos dirigentes sindicais de base. Todo o processo eleitoral foi democrático e transparente.

As sessões do congresso ocorreram de 27 a 30 de abril - com a assistência de numerosas personalidades nacionais e de representantes de 197 organizações de 43 países. Já no primeiro dia, os delegados se reuniram em seis comissões de trabalho encarregadas de analisar e propor à plenária final os novos estatutos da CTC e 15 resoluções abordando os mais diversos temas debatidos desde a base. Todo o evento foi carregado de fervor revolucionário, mas o que chamou a atenção dos participantes foi a presença ativa do líder da revolução cubana, Fidel Castro, que

acompanhou praticamente todos os debates. No seu discurso final, advertiu sobre os tempos difíceis em que vivemos e os que virão, mas sublinhou a façanha que significa haver resistido aos piores momentos.

O congresso elegeu o Conselho Nacional da CTC com 240 membros, compondo o seu Comitê Nacional e o Secretariado com 57 e 20 integrantes, respectivamente. O desfile do 1º de Maio, que reuniu um milhão de pessoas na Praça da Revolução, em Havana, foi a demonstração do apoio popular a este evento histórico. Também ocorreram manifestações nas outras capitais provinciais e na Ilha da Juventude. Não foi nada casual que o encerramento do XVII Congresso estivesse a cargo de centenas de cavaleiros relembrando a luta pela independência um século antes. Desse modo, selava-se o compromisso de ser fiel àqueles combatentes que levaram a cabo a mais longa e cruel guerra libertadora contra o colonialismo no continente.

* Professor de História do Movimento Operário e Sindical Cubano e Internacional e assessor da Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC). Tradução de Sandra Luiz Alves.

Os fatos marcantes da grande greve de 1917

Paula Beiguelman *

Até 1913, o mercado de trabalho se caracterizava pela carência de braços. A demanda de mão-de-obra, entretanto, não redundava numa melhoria de remuneração. Além disso, o aperfeiçoamento tecnológico possibilitado pela poupança e capitalização estimulava uma exploração suplementar. O agravamento da crise econômica, decorrente da depressão internacional, com a correlata baixa do preço do café, afeta esse equilíbrio já instável, anulando, por assim dizer, a demanda no mercado de mão-de-obra. O Boletim do Departamento do Trabalho referente a 1914 registrava: “Ficou a cidade inundada de desocupados”.

Da parte dos empresários, é aventada, em janeiro de 1914, a idéia da fundação de um Centro de Comércio e Indústria para resistir à onda de requerimentos de falências e concordatas. A crise se aguçará com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Na indústria, apenas os empresários de maior poder econômico não interrompiam suas atividades, de modo que a futura normalização os encontrasse já com estoques e com um quadro de trabalho não desorganizado.

O 1º de Maio de 1914 é comemorado num clima de protesto veemente das associações operárias contra o aumento do custo de vida e o brutal desemprego. E logo ao rebenotar a guerra, os operários tentam a realização de um comício do Largo da Sé, no dia 2 de agosto, quando além de uma manifestação com respeito ao tema específico seriam discutidos também o desemprego e a carestia. O

ato público, porém, é proibido, sendo efetuadas várias prisões. Outros protestos são realizados, seja em recinto fechado, seja sob a forma de comícios nos bairros.

Por essa época calculava-se que havia em São Paulo mais de dez mil operários sem trabalho. No mesmo mês de agosto, configurado o estado de calamidade pública, constituíram-se comitês de assistência. Para os anarquistas, a Comissão de Socorros Públicos não passava de uma tática do chefe de polícia para sufocar o protesto proletário com promessas enganosas. À “Comissão burguesa”, o periódico *La Propaganda Libertária* contrapunha o Comitê de Defesa Proletária. E concitava a uma conduta mais decidida, com o retorno dos operários à atitude de rebeldia adotada antes da criação da comissão beneficente, quando eram atacadas as carretas que transportavam farinha.

De fato, as autoridades conseguiam contornar a agitação emergente. Além disso, nos últimos meses de 1915, a indústria em geral já retomava suas atividades, procurando resarcir-se dos diversos percalços pelos quais passara, através de um ritmo intenso de produção - e aproveitando-se do recente aviltamento dos salários. Sem dúvida, os cortes na produção e nos salários continuavam a fazer-se sempre que a situação de guerra dificultasse e encarecesse a obtenção da matéria-prima importada (como era o caso do algodão). Não obstante, a situação da indústria se normalizava e até melhorava, através do gozo de uma espécie de monopólio provisório do mercado, também em consequência da guerra.

Contudo, as dificuldades para a população persistiam, pois nem a crise de 1914 fizera baixar o custo de vida. O aluguel continuava caro, apesar da abundância da oferta de habitações; e a situação de guerra, estimulando a exportação de feijão, batata, milho e carne conservada para a Europa, gerava escassez no mercado interno, elevando vertiginosamente os preços. Também as emissões feitas durante a crise haviam contribuído para acentuar o processo inflacionário, com reflexos sobre os preços.

Defrontados com a insustentável alta do custo de vida, os operários procuravam aproveitar a conjuntura produtiva favorável, em que a indústria auferia grandes lucros, para externar suas prementes reivindicações. Os industriais resistiam: contavam justamente com o salário baixo, aviltado durante a crise de 1914, para consolidar suas empresas sem que a depreciação inflacionária compromettesse os lucros reais. Para evitar que se configurasse uma conjuntura de forte demanda de braços - com os correlatos efeitos sobre o salário - utilizavam, inclusive, o sistema de três turnos de serviço, com os mesmos operários trabalhando extenuantemente. Também a convocação intensa de mão-de-obra feminina e infantil premia o salário. E, em plena prosperidade, falava-se em desemprego.

A paralisação dos 2 mil operários da Crespi é o estopim da grande greve

Todavia, a inquietação popular se aguçava e a indústria passa a ser pressionada até mesmo pela opinião pública. O problema da regulamentação do trabalho, por exemplo, é colocado em pauta no âmbito legislativo.

É nesse quadro que se deflagra o grande movimento iniciado em meados de junho de 1917. Cerca de 2 mil operários do Cotonifício Crespi, na Mooca, em greve, exigiam um aumento de 20% nos salários. Em julho, entra em greve a Estamparia Ipiranga, da firma Nami Jafet e Cia., reivindicando os grevistas 20% de aumento para o trabalho normal e 25% para o executado no turno da noite. O industrial tenta uma contraproposta na base de 17%, mas, diante da recusa dos operários, termina por ceder. Durante a greve, os operários da Jafet, no Ipiranga, haviam recebido a solidariedade da Liga Operária da Mooca.

A greve na Crespi prosseguia, promovendo os operários distribuição de panfletos que recomendavam o boicote aos produtos dessa fábrica, por suspeitarem que eram produzidos clandestinamente em outro local. Agora é a Liga do Ipiranga que vem em apoio aos operários da Mooca, divulgando o boicote e solicitando a cooperação das Ligas Operárias de Minas, Rio Grande do Sul e do interior de São Paulo. Ainda na Mooca, entram em greve os operários da Companhia Antártica Paulista. No Brás, manifestantes investem contra um caminhão da Casa Gamba, sendo presos dois deles, que teriam destruído seis sacas de farinha de trigo.

O conflito na Crespi se aguçava, havendo um enfrentamento de operários com a polícia junto à porteira da Mooca. Por ordem do delegado geral, a Liga Operária da Mooca é fechada, sendo ainda presos alguns diretores da entidade. Por sua vez, representantes das associações proletárias da capital e subúrbios se reúnem no salão Germinal em apoio aos grevistas. Nessa ocasião, é decidida a constituição de um Comitê de Defesa Proletária que, como primeira atividade, emite um protesto contra o fechamento da Liga da Mooca. É aprovado ainda o encaminhamento de um apelo à Confederação Operária Brasileira, com sede no Rio de Janeiro, e às associações proletárias do interior de São Paulo e dos demais Estados.

No dia 9 de julho, um grupo de operários, portando estandartes conclamando ao boicote dos produtos Crespi, dirige-se à fábrica de tecidos Mariangela, formando piquetes. Nos tumultos com a polícia ficam gravemente feridos a firos Adolpho Meyer e o sapateiro José Martinez, de 21 anos de idade, que vem a falecer no dia 10, na Santa Casa. A essa altura, a greve se generalizava. Na Mariangela, como apenas uma parte dos operários tivesse entrado para trabalhar depois do terceiro sinal, os patrões mandaram afixar um boletim declarando conceder 10% de aumento (os operários pediam 20%), o que motivou uma formidável vaia: só a intervenção da polícia evitou a invasão. Também os operários que haviam entrado decidem aderir e a fábrica fecha.

Na noite de 10 de julho, realiza-se a segunda reunião do Comitê de Defesa Proletária, para deliberar sobre a manifestação da manhã seguinte, por ocasião do enterro do operário José Martinez - "assassinado nas imediações da fábrica Mariangela, à rua Monsenhor Andrade". No dia 11, imenso cortejo acompanha o préstito fúnebre de Martinez até o Araçá, sob intenso policiamento. Terminada a cerimônia, os operários retornam à cidade, reunindo-se em grande comício na Sé. Simultaneamente, grupos de operários percorriam as ruas do Brás, impondo indignados o fechamento das fábricas em funcionamento. A polícia intervinha. De repente, ao escurecer, irrompem graves perturbações no Brás, incluindo ataques aos armazéns do Moinho Santista, que continham estoques de farinha. Os manifestantes são dispersados pela polícia, sendo efetuadas algumas prisões.

Comitê de Defesa Proletária reivindica aumento salarial e fim da carestia de vida

Das exigências do Comitê de Defesa Proletária constavam: aumento de 35% ou 25% nos salários, conforme o caso; providências dos poderes públicos para evitar a

especulação com gêneros de primeira necessidade. No dia 12, os grevistas dominam o centro e os arrabaldes da capital. No Brás, a multidão avança para os sacos de farinha de um carroção do Moinho Gamba; em represália, um contingente de cavalaria faz carga contra o povo. As casas comerciais da Avenida Rangel Pestana cerram as portas. O Brás, cujo comércio e indústria são paralisados, é tomado pelos rebeldes que também se apossam dos bondes.

Os grevistas, inicialmente 2 mil e posteriormente 15 mil, já eram então mais de 20 mil. Mesmo os que haviam feito anteriormente o acordo de 20% cessam o trabalho em solidariedade aos companheiros. Light, motoristas e Companhia de Gás também aderem. Paulista e Mogiana não recebem despachos para vários bairros devido à paralisação de veículos.

Por volta das 21 horas de 12 de julho, ocorre violento conflito com a polícia nas proximidades da Estação do Norte. Em revide, o Comitê de Defesa Proletária aconselha absoluta intransigência nas reivindicações e propõe a realização de um grande comício no Largo da Sé na tarde do dia seguinte. O comício, porém, é inviabilizado pelo empenho das autoridades em frustrá-lo. Além disso, o secretário da Justiça reúne os representantes de diversos jornais no seu gabinete, recomendando-lhes que evitassem a "divulgação de notícias errôneas".

No dia seguinte, os grevistas ainda dominam os arrabaldes e investem contra os mercados livres. Falta gás, embora praças do corpo de bombeiros trabalhassem em substituição aos empregados em greve. No Brás, o policiamento é rigoroso; são proibidos ajuntamentos nas praças e ruas e as pessoas são revistas.

É então que o comendador Crespi decide, em acordo com outros industriais, conceder um aumento geral de 20% aos operários do Cottonifício. Em vista disso, a imprensa paulistana propõe-se como mediadora entre os grevistas de um lado e os industriais e os representantes do poder público de outro. E solicita ao Comitê de Defesa Proletária que indique uma comissão autorizada para entrar

em negociações, por intermédio da imprensa. As primeiras reuniões com os representantes da indústria e os dos operários (feitas separadamente) se realizam no dia 14 de julho, na redação de *O Estado de S. Paulo*. Nesse novo clima, era autorizado pelo secretário da Justiça um comício no Prado da Mooca. Esse ato, promovido pela Liga Operária da Mooca, realizou-se com uma assistência calculada em mais de 4 mil pessoas.

Em comunicado à imprensa, o Comitê de Defesa Proletária, sem negar que o aumento concedido poderia servir de base para um acordo, apontava outro tópico - o preço dos gêneros de primeira necessidade. E estranhava que o secretário da Justiça, que conseguira demover os industriais de sua obstinação, alegasse ausência de legislação específica para eximir-se de conter os açambarcadores desses gêneros. Depois de alertar os operários para que não aceitassem provocações policiais que pretendiam esmagar sangrentamente o movimento, o Comitê de Defesa Proletária concluía seu comunicado enviando uma saudação a todas as vítimas do movimento e “a todos os que na luta se lançam de peito descoberto, confiantes no porvir”.

Governo e industriais são forçados a negociar diante do aumento dos protestos

Em Santos, uma reunião convocada pela União Geral dos Trabalhadores para tratar da greve na capital transformara-se num grande comício de apoio incondicional à luta por todos os meios, “até mesmo o da greve geral”. Tal conduta fazia com que o operariado dessa cidade fosse especialmente focalizado pelas autoridades. Assim, o ministro da Marinha anunciava por telegrama a partida de um cruzador e um destroyer para o porto de Santos, “a disposição do governo do Estado”. Também no Rio de Janeiro a Federação Operária continuava em sessão permanente, aguardando a solução do movimento grevista de São Paulo.



O ambiente na cidade sublevada se normalizava, sob as vistas atentas da repressão. À mediação da Comissão de Imprensa entre os industriais e o Comitê de Defesa Proletária segue-se uma audiência da Comissão com o presidente do Estado, em Palácio, presente também o secretário da Justiça. Entre outras providências, o governo se comprometia a fazer obedecer a legislação em vigor sobre o trabalho dos menores (sempre descumprida) e estudar medidas restritivas no concernente ao trabalho noturno de mulheres e menores; e ainda a procurar diminuir a carestia, exercendo sua autoridade oficiosamente para sensibilizar o grande comércio com respeito à questão dos gêneros de primeira necessidade.

Reconhecido como interlocutor qualificado e recebendo promessas de atendimento às suas reivindicações, o Comitê de Defesa Proletária convocava o operariado para comemorar a vitória. No dia 16 de julho realizam-se comícios na Lapa, Ipiranga e no Brás. No comício do Brás, na praça da Concórdia, havia cerca de 5 mil pessoas presentes, revezando-se na tribuna os representantes das diversas correntes proletárias. O delegado geral dirigia pessoalmente o policiamento.

Nos três comícios é votada uma ordem do dia deliberando a retomada do trabalho nas fábricas que houvessem aceito o acordo promovido pela Comissão de Imprensa. Os operários que retornavam comprometiam-se, porém, a recomeçar e intensificar a agitação “ao primeiro chamado do Comitê”, caso não fossem mantidas as promessas feitas pelos poderes públicos ou não fosse solucionada a situação das categorias obrigadas a permanecer em greve. Simultaneamente, o Comitê solicitava às famílias que tinham pessoas desaparecidas em consequência dos conflitos que lhe comunicassem os nomes para providenciar a descoberta do paradeiro delas.

Enquanto refluía a greve na capital, os operários do interior, igualmente premidos pela carestia e baixo salário, se lançavam à luta, sendo brutalmente castigados. Em Campinas, a polícia atirou nos grevistas da Mogiana que pretendiam resgatar um companheiro preso a fim de ser enviado para a capital, resultando dessa violência dois mortos e sete feridos. Em Santos, após a realização de dois comícios, a polícia promove verdadeira caçada aos dirigentes, prendendo-os nas próprias casas. Os operários acreditavam que os presos houvessem sido remetidos para bordo do cruzador que se achava no porto à disposição do governo do Estado. Na capital, alguns grevistas eram libertados enquanto outros continuavam presos para serem processados por crimes comuns.

Empresas negam os acordos e governo faz provocações para esfacelar o movimento

O Comitê de Defesa Proletária vinha a público com um manifesto reclamando a demora de algumas empresas em firmar acordo com os grevistas; e também contra o aumento progressivo dos preços dos gêneros de primeira necessidade, os quais, aliás, escasseavam em decorrência da especulação que o governo não coíbia. O documento também denunciava que a promessa de libertação dos presos não fora ainda cumprida, constando

além disso que estavam sujeitos a intoleráveis maus-tratos - enquanto, simultaneamente, ocorriam novas prisões. Por fim, o Comitê enviava uma saudação “às novas vítimas que vêm de aumentar o número de mártires do proletariado, que santificaram a presente agitação: os trabalhadores massacrados em Campinas pela fúria da polícia”.

Com o retorno geral ao trabalho, os industriais com conflitos ainda pendentes não se apressam em solucioná-los. Havia ainda dificuldades mesmo junto aos empresários que já haviam concordado com as exigências feitas, mas que após a volta ao trabalho procuravam frustrar as concessões. Como, além disso, a carestia se agravava, os operários tendiam a prosseguir em sua ação de protesto. O Comitê temia justamente essa atitude, que poderia ser explorada pelos interessados em provocar uma agitação inoportuna - e que redundaria, talvez, numa “dura e sangrenta prova” para a incipiente organização operária.

No início de setembro, a imprensa noticiava o reinício da agitação em São Paulo, havendo até quem falasse em greve geral. Os dirigentes socialistas alertavam a massa para os perigos que correria a organização operária se tão cedo se submetesse a novo enfrentamento. Com efeito, argumentavam eles, algumas fábricas, de fato, em conluio com a polícia, adotavam medidas disciplinares internas inaceitáveis para condenados. Tratava-se, na opinião dessas lideranças, de uma provocação para arrastar a massa operária, antes que sua organização tivesse se consolidado, a uma prova superior às suas forças, a fim de tentar esfacelá-la.

Mas nem todas essas cautelas aplacavam a repressão. Inúmeras prisões são feitas no curso do mês de setembro, sendo que os pedidos de *habeas-corpus* são julgados prejudicados, uma vez que a polícia informava sistematicamente que os presos não se achavam detidos em qualquer das prisões apontadas. E isso ocorria ao mesmo tempo em que se acenava com promessas de regulamentação do trabalho feminino e de menores. No mesmo mês de setembro, uma comissão de operários paulistas procurava no Rio de Ja-

neiro o deputado Maurício Lacerda para, em nome de 30 mil companheiros, denunciar o governo paulista. Além de vedar o direito de reunião e associação, este preparava-se para expulsar do país um sem-número de operários, muitos dos quais domiciliados havia mais de vinte anos no Estado, onde tinham constituído família.

Como saldo do levante, a questão trabalhista é colocada na ordem-do-dia

Por outro lado, o vigor e as proporções assumidas pelo levante haviam sido percebidos pelo *establishment* como uma ameaça que cumpria conjurar através de providências conciliatórias. Ou seja, como saldo do enfrentamento de 1917, o tema do trabalho era colocado em pauta. A legislação avançava. Em 15 de janeiro de 1919 (no imediato pós-guerra, portanto) era assinada a lei 3.724 sobre acidentes de trabalho. O Código Sanitário, promulgado pela lei estadual número 1.506 que seria regulamentada em março do mesmo ano, proibia o trabalho de menores de 14 anos e o trabalho noturno das mulheres.

E havia mais. Com o falecimento, em janeiro, de Rodrigues Alves, eleito presidente da República pela segunda vez, 1919 se transformara num ano eleitoral. E a disputa à presidência da República se fazia no terreno da questão operária, revelando a aspiração de preservar a “tranqüilidade pública” menos por meios coercitivos que evitando os conflitos. No seu célebre discurso sobre a *Questão Social*, Rui Barbosa propunha, entre outras medidas, a jornada de 8 horas e restrições ao trabalho noturno, ao mesmo tempo em que denunciava as péssimas condições de vida do operariado.

Em 11 de abril de 1919, Epiácio Pessoa (que seria eleito) telegrafava ao ministro do Exterior, na qualidade de delegado do Brasil

à Conferência de Paris, informando que no Tratado de Paz seriam incluídos os seguintes princípios: 1- direito de associação; 2- proibição do trabalho na indústria e comércio para menores de 14 anos, sendo que entre 14 e 18 anos seriam permitidos apenas trabalhos leves; 3- igualdade de salários masculino e feminino; 4- repouso semanal; 5- jornada de 8 horas e semana de 48 horas.

Nada disso evitou que após as grandes comemorações do 1º de Maio de 1919 o operariado entrasse em greve. A carestia, as feridas ainda não cicatrizadas de 17, a movimentação eleitoral e os próprios termos favoráveis aos operários em que a disputa se travava, tudo contribuía para estimular a agitação e torná-la inevitável.

Por sua vez, o governo alegava estar empenhado em promulgar uma legislação trabalhista moderna, apresentando à opinião o movimento grevista como resultante de uma exagerada “impaciência” ante as gestões governamentais. E com esse argumento investia contra a organização operária, acuando-a com severa repressão. Também os industriais, pelo menos os principais expoentes do parque fabril, proclamam sua concordância com as resoluções da Conferência de Paris; apenas solicitavam aos operários que aguardassem tranqüilos (e pacientes) o encaminhamento em curso por parte dos governos estadual e federal ...

Em outubro, constituía-se o Comitê Pró-Presos. Entre as violências praticadas pela repressão, denunciadas pelos trabalhadores, incluía-se a deportação em massa efetuada a partir do porto do Rio de Janeiro.

Em resumo: no rescaldo do enfrentamento de 1917, foi colocada na ordem do dia a discussão da questão operária, sendo nessa oportunidade firmados compromissos com os trabalhadores. Embora esses acordos fossem fadados ao descumprimento, pelo menos no curto prazo, de qualquer forma as reivindicações, cujo prometido atendimento era cobrado com insistência, permaneciam indelévels no horizonte.

* Professora de sociologia política da USP, autora de diversos livros, membro da diretoria do Sindicato dos Escritores/SP e da Frente em Defesa da Soberania e Integridade do Brasil



Polícia reprime protesto do 1º de Maio de 1892, no Pará

Vicente Salles *

Por ocasião do Dia Internacional dos Trabalhadores, a *Debate Sindical* publica um artigo que instala uma controvérsia histórica sobre a primeira comemoração da data no Brasil. A maioria dos historiadores cita 1894 como o ano inaugural do protesto, em São Paulo - a iniciativa, comandada por anarquistas e socialistas, foi inviabilizada pela ação da polícia. Outros referem-se ao ato em Santos, no litoral paulista, em 1895. No artigo a seguir, extraído do livro *Socialismo e marxismo no Grão-Pará*, o autor afirma que a primeira tentativa de protesto, também reprimida pela polícia, ocorreu no Pará, em 1892.

A I Internacional Socialista deixou de existir em 1876. Mas, depois dessa data, a questão operária assumiu papel cada vez mais importante. A 1^o de maio de 1886 houve o massacre de operários em greve na cidade de Chicago, fato que repercutiu em todo o mundo. Em 1889, foi reorganizada a Associação Internacional dos Trabalhadores (II Internacional), que instituiu a festa do trabalho precisamente em 1^o de Maio e reivindicou a jornada de 8 horas de trabalho.

A história da II Internacional é considerada menos brilhante, dividida entre as tendências revolucionária e reformista. Essas tendências se manifestaram também entre nós, no Pará. E aqui os ecos da II Internacional foram bastante rigorosos. As primeiras mostras se encontram na *Tribuna do Povo* (1889), no *Jornal do Povo* (1890), diário redigido pelo poeta Luís Demétrio Juvenal Tavares, e, principalmente, na *Tribuna Operária*, órgão do Partido Operário do Pará, filiado ao Partido Operário Socialista Brasileiro, cujo primeiro número circulou em 14/9/1891, impresso em tipografia própria, hebdomadário, que se apresentou com programa de defesa da classe operária.

Desde o início, a *Tribuna Operária* definiu uma postura ideológica pró-socialista emanada da II Internacional. Embora pouco agressiva, tratando em especial da formação ideológica do proletariado, a história desse periódico, voz do Partido Operário do Pará, marca provavelmente o primeiro episódio de violência policial no Brasil contra a comemoração, pela classe operária, do 1^o de Maio. Conto o episódio, pela primeira vez, no ensaio **Memorial da Cabanagem** (Cejup, Belém, 1992, pp. 198-212). E aqui resumo, para reavivar a memória, com novos documentos e argumentos.

**Lideranças operárias com
“a Cabanagem no sangue”
são presas e espancadas**

Aconteceu na noite de 29 para 30 de abril de 1892 o assalto e empastelamento do

jornal operário pela polícia do governador Lauro Nina Sodré. O assunto não mereceu do ilustre republicano referência nos seus relatórios, tampouco nos textos políticos que publicou; ficou reduzido a simples caso de polícia. Mas não há dúvida que o episódio, dada a inusitada e desnecessária violência, merece resgate, pois marcou um dos momentos mais dramáticos nas ações repressoras da livre manifestação de pensamento no Brasil, com prisão e espancamento de redatores do jornal e de outros operários.

Levantou-se a suspeita de uma conspiração anti-republicana, espalhando-se o boato de que se preparava para o 1^o de Maio - data que o Partido Operário do Pará ia festejar, pela primeira vez, com um *meeting* - um movimento anárquico à semelhança dos que os socialistas europeus estavam promovendo nessa ocasião. Foram presos, como sediciosos, espancados e colocados incomunicáveis, os operários Raimundo Nonato dos Santos Amaral, mestre de funilaria; Manuel David Oliveira, Clemente Toscano de Vasconcelos e João Evangelista dos Reis, nas oficinas da *Tribuna Operária* e, como “suspeito de chefe dos anarquistas”, o bacharel Francisco Gonçalves Campos e seu irmão Eugênio, ambos filhos do jornalista João Victor Gonçalves Campos (1892-1924), sobrinho do chefe cabano João Batista Gonçalves Campos, elementos perigosos, portanto, que “tinham a Cabanagem no sangue”.

O episódio está vastamente documentado na imprensa da época, principalmente a oposicionista, e repercutiu durante muitos anos ainda, pois ficou na memória dos operários paraenses como lembrança dos tempos do terror. Comprova o seguinte texto do *Correio Paraense*, publicado em 1^o de maio de 1894:

“Os operários.

Primeiro de Maio ... É uma data cheia de recordações. Na Europa a democracia se agita num protesto da miséria contra a riqueza. Aqui, onde, antes deste regime pretoriano, o povo nunca soube o que foi miséria, não há ódio da classe que arma o proletário de prevenção contra a classe feliz. Aqui só há uma recordação:

Os operários anunciaram um *meeting*. Bastou isso para o Sr. Coimbra atirar-se num furor bravo contra os homens que exercitavam um direito! A Constituição, no art. 72, garantiu a liberdade de reunião e pensamento, independente de censura. Sem embargo de disposição tão clara, o Sr. Coimbra fulminou o *meeting*, *D, massacrando os operários que queriam exercer um direito, assegurado pela Constituição*”.

Não aconteceu, portanto, a primeira comemoração do Dia do Trabalhador no Estado do Pará, impedida pela polícia pretoriana do governador Lauro Nina Sodré, sob o comando do truculento bacharel pernambucano José Gomes Coimbra.

A repressão do 1º de Maio de 1892, no Pará, precede, portanto, a de São Paulo, 1894, dois anos justos, tida pelos historiadores brasileiros como primeira ação policial contra a classe operária e seu Dia.

Governo republicano tratou graves problemas sociais como “questões criminais”

Os desdobramentos da ação da polícia do Pará para impedir a realização do *meeting* dos operários em 1º de Maio de 1892 foram analisados no citado **Memorial da Cabanagem**.

Esta análise implica no repensar da instituição da República e do caráter meramente formal da substituição do regime monárquico numa sociedade que não se modificou. Substituição feita, como se sabe, sem participação e sem entusiasmo popular. Simples quartelada. Mas teria sido tão simples, uma decisão de militares? Nada autoriza simplificar a questão. Ela vai ter respostas bastante complexas na política econômica que se inaugura no novo regime, política de revisão da nossa dependência externa, que consolida a submissão do capital nacional ao capital estrangeiro. Muda a direção da rosa-dos-ventos.

Não era preciso ser economista, tampouco capitalista investido na função de mando,

para bem executá-la. Um jurista (Rui Barbosa), um militar (Serzedelo Corrêa) ou um médico (Joaquim Murinho), afinal membros da classe no poder, poderiam executá-la. Aconteceu.

Entre os citados, Serzedelo Corrêa é, porém, uma figura original: instituiu o Tribunal de Contas e a Câmara Sindical, duas medidas disciplinadoras de insuspeitada eficiência, e, da sua experiência no exercício do cargo, aprendeu muita coisa que não constava do seu currículo. Sua nomeação fora um dos caprichos de Floriano Peixoto: um leigo, camarada do quartel, no cargo técnico. Mas Serzedelo Corrêa aprendeu, entre outras coisas, que o capital externo engulia cada vez mais, vorazmente, insaciavelmente, as energias do país. Neste sentido, deixou obra que não deve ser esquecida: **O problema econômico no Brasil**, colaboração esparsa nos jornais, reunida em livro em 1903. Leitura recomendável.

Mas a reelaboração das leis era tão urgente e necessária quanto a reorganização do Estado. Como não havia tempo para a criação de novos Códigos, tratou-se de emendar, por decreto, disposições antigas. Era necessário modelar o *corpus juris* à ideologia do capitalismo, reafirmada pela República. Primoroso é o decreto número 1.162, de 12/12/1890, que deu nova redação ao dispostos nos artigos 205 e 206 do Código Penal.

Debaixo do Código Penal foi montado o aparelho policial. Era uma exigência da transição republicana, que se eternizaria, tornada bastante eficiente no governo Floriano Peixoto. Essa polícia cumpriu seu papel em quase todo o Brasil, tornada tão ou mais eficiente que as próprias forças armadas. Ela resolvia as questões políticas da mesma forma que as questões criminais.

A II Internacional no Brasil foi tratada como caso de polícia, drasticamente liquidada pelo governo Floriano Peixoto. Como caso de polícia ficou nos documentos oficiais e, portanto, não interessa revirá-la pelos historiadores mais conspícuos. A questão operária, que começou a ser agitada ao tempo da campanha pela abolição da escravatura, passou a ser caso de polícia sob a República.

Artistas e operários, em todo o Brasil, questionaram os artigos policiaiscos do decreto nº 1.162.

Legislação previa prisão e multas para os líderes dos movimentos grevistas



No Pará, também foi acesa a discussão, levantada por iniciativa de artistas e operários nas suas associações de classe, vazando nas páginas do *Diário de Notícias*, jornal que se solidarizou, então redigido pelo poeta socialista Demétrio Juvenal Tavares, autor de matéria abundante sobre essas questões. O que dispunham tais artigos?

“Artigo 205 - Está sujeita à prisão celular de um a três meses e multa de duzentos a quinhentos mil réis, aquele que desviar operário e trabalhadores de estabelecimentos e empregados por meio de “ameaça, constrangimento ou manobras fraudulentas”.

Artigo 206 - Ficam sujeitos à pena de prisão celular de dois a seis meses e multa de duzentos a quinhentos mil réis, aqueles que causarem ou provocarem a cessação ou suspensão de trabalhos por meio de ameaças ou violências”.

Tais artigos visavam desmobilizar os trabalhadores e impedí-los de associar-se ao Partido Operário Socialista, instituído no Rio de Janeiro naquele ano de 1890 e que rapidamente se estendeu a todo o país, inclusive no Pará. Esse partido levantou as idéias emanadas da II Internacional, entre outras coisas, a celebração do 1º de Maio, recordando o massacre de Chicago, e a jornada de trabalho de 8 horas, mediante pressão dos trabalhadores pela greve.

A interpretação falaciosa desses pontos dizia que não havia neles pena para o operário ou para o artista, mas sim para aqueles que os ameaçarem ou iludirem, para aqueles que os perturbarem “no gozo legítimo de sua liberdade de trabalhar”...

A sociedade capitalista defende o liberalismo que lhe convém. Baixa as leis e regula-

mentos de acordo com suas necessidades. A última parte da legislação dispunha: “... e os operários que impuserem a seus patrões o aumento ou diminuição de salários ou serviços”.

Ora, impor aos patrões o aumento ou diminuição de salários era o mesmo que querer coarctar a liberdade daqueles; e esta deve ser igual para “todos”. O código procurava garantir os direitos dos operários, alegavam os teóricos desse liberalismo capitalista, precisava portanto igualmente garantir o direito dos patrões a não serem constrangidos em sua liberdade. Os operários têm o direito de deixar o serviço, quando o salário não lhes convier, mas abusam querendo impor sua vontade aos outros, constrangendo os patrões a se sujeitarem ao que entendem.

Daí a necessidade das medidas “disciplinadoras”, garantidoras da “igualdade da liberdade”. Só que os operários entendiam, há muito tempo, que a liberdade dos patrões era maior que as outras; inclusive a liberdade de redigir as leis. Contra essa monstruosidade é que se levantaram os operários do Pará, organizados no Partido Operário, que editou a *Tribuna Operária*, a partir de 1891, e tentou marcar o *meeting* do 1º de maio de 1892, desbaratado pela polícia do governador Lauro Nina Sodré.

* Historiador da Universidade Federal do Pará e autor, entre outros livros, de *O negro no Pará*, Fundação Getúlio Vargas, 1971, e *Socialismo e marxismo no Grão-Pará*, micro-edição, Brasília, 1994.

Homenagem ao comunista italiano Antonio Gramsci

Augusto Buonicore *

Em 27 de abril de 1937 morria o dirigente comunista italiano Antonio Gramsci, vítima das péssimas condições carcerárias que lhe foram impostas pelo fascismo por mais de 10 anos. Morreu menos de uma semana após ser colocado sob liberdade vigiada.

Gramsci foi um dos grandes teóricos do marxismo deste século, mas, além de simples teórico, foi um homem de ação revolucionária. Gramsci destacou-se como o principal dirigente dos operários turinenses durante o movimento de ocupação de fábrica em 1919 e 1920; foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano e seu representante junto a III Internacional Comunista. Eleito deputado em 1934, foi um violento crítico do fascismo italiano, o que lhe custou dez longos anos de prisão e a própria morte.

“Era preciso impedir que esta cabeça continuasse pensando”, exclamou o promotor fascista antes de condená-lo. Mas a prisão não podia impedi-lo de pensar e continuar produzindo e dando uma contribuição valiosa para a construção de uma teoria política marxista.

Apesar de sua importância para o movimento comunista internacional nas décadas de 20 e 30, sua vida e sua obra são ainda praticamente desconhecidas pelo conjunto da militância do movimento socialista revolucionário e comunista. A partir da década de 50, suas contribuições teóricas acabaram

sendo distorcidas e usadas como bandeira das correntes reformistas no seio do movimento comunista.

De fato, o pensamento gramsciano possui suas limitações e estas são, em grande medida, frutos de seu isolamento forçado provocado pelos anos de prisão. Mas as possíveis lacunas de sua obra, e mesmo os seus erros, não lhe tiram os méritos de grande pensador revolucionário.

Nesse momento delicado para o movimento comunista internacional, as questões teóricas relativas à elaboração de uma nova estratégia revolucionária e à construção de uma sociedade socialista adquirem um outro papel. Por isso, estudar a obra de Gramsci passa a ser uma necessidade de primeira grandeza. É preciso, mais do que nunca, tirar das mãos dos socialistas reformistas a bandeira de Gramsci, extraindo do seu pensamento o seu núcleo revolucionário.

Como forma de lembrar sua rica contribuição, publicamos a seguir um pequeno trecho da obra **A questão meridional** [1]. Neste ensaio, Gramsci aborda, entre outros temas, a questão da hegemonia operária e

crítica duramente os desvios corporativistas e economicistas que predominavam nas lideranças sindicais e socialistas da Europa. Um texto bastante atual, que demonstra a vitalidade de suas idéias.

“O proletariado deve se despojar de qualquer resíduo corporativo”

“(…) Os comunistas de Turim [2] se haviam posto concretamente a questão da ‘hegemonia do proletariado’, ou seja, da base social da ditadura proletária e do Estado operário. O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de aliança de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora; o que significa, na Itália, nas reais relações de classe existentes na Itália, na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas. Mas a questão camponesa na Itália é historicamente determinada, não é a ‘questão camponesa e agrária em geral’... Conquistar a maioria das massas camponesas, portanto, significa - para o proletariado italiano - assumir como próprias essas questões do ponto de vista social, compreender as exigências de classe que elas representam, incorporar essas exigências em seu programa revolucionário de transição, colocar essas exigências em suas reivindicações de luta.

“(…) Nenhuma ação de massa é possível se a própria massa não está convencida dos fins que deseja alcançar e dos métodos a aplicar. O proletariado, para ser capaz de governar como classe, deve se despojar de qualquer resíduo corporativo, de qualquer preconceito ou incrustação sindicalista. O que significa isso? Que não só devem ser superadas as distinções que existem entre profissão e profissão, mas que é preciso - a fim de conquistar a confiança e o consenso dos camponeses e de algumas categorias semiproletárias das cidades - superar alguns



preconceitos e vencer certos egoísmos que podem subsistir e efetivamente subsistem na classe operária enquanto tal, mesmo quando em seu seio já desapareceram os particularismos da profissão.

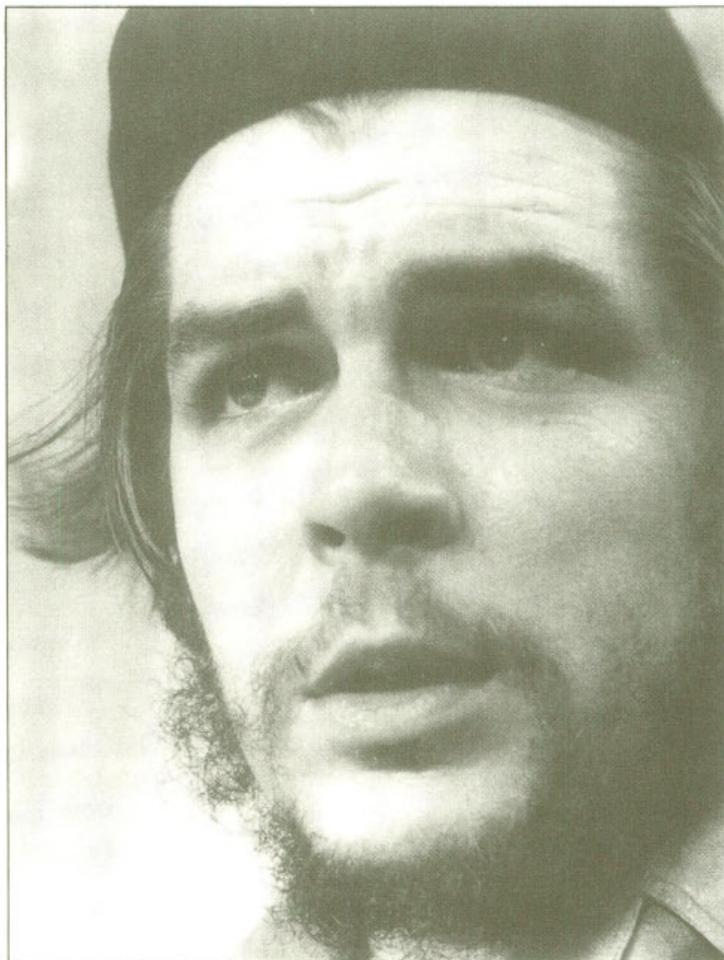
“O metalúrgico, o marceneiro, o operário da construção civil etc., devem não só pensar como proletários e não mais como metalúrgicos, marceneiros etc., mas devem dar ainda outro passo à frente: devem pensar como operários membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo se for ajudada e seguida pela grande maioria desses estratos sociais. Se não se consegue isso, a classe operária não se torna dirigente; e esses estratos, que na Itália representam a maioria da população, permanecendo sob a direção burguesa, dão ao Estado a possibilidade de resistir ao ímpeto proletário e de dobrá-lo”.

* Diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas, historiador e doutorando em ciências sociais pela Unicamp (SP)

NOTAS

- 1 - Trecho do famoso ensaio de Gramsci sobre **Alcuni Temi della Quistione Meridionale**, redigido em 1926 e publicado pela primeira vez em *Stato Operaio*, Paris, janeiro de 1930. Uma edição brasileira integral do ensaio pode ser lida em **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, volume 1, 1977.
- 2 - Gramsci refere-se ao grupo organizado em torno do semanário *L'Ordine Nuovo* (cf. cap. II da Primeira Parte).

Como forma de homenagear Ernesto Che Chevara nos 30 anos da sua morte, a *Debate Sindical* publicará nas quatro edições de 97 artigos de vários autores sobre este que é um dos maiores símbolos de rebeldia deste século. O primeiro foi escrito pela historiadora Paula Beiguelman. Agora é Frei Betto quem escreve com exclusividade para a revista um ensaio singelo e poético sobre o líder revolucionário que continua a inspirar milhares de pessoas no mundo na luta contra a barbárie capitalista.



Carta aberta a Ernesto Che Guevara

Frei Betto *

Querido Che,
Passaram-se trinta anos desde que a CIA te assassinou nas selvas da Bolívia, a 8 de outubro de 1967. Tu tinhas, então, 39 anos de idade. Pensavam teus algozes que, ao cravar balas em teu corpo, após te capturarem vivo, condenariam tua memória ao olvido. Ignoravam que, ao contrário dos egoístas, os altruístas jamais morrem. Sonhos libertários não se

confinam em gaiolas como pássaros domesticados. A estrela de tua boina brilha mais forte, a força dos teus olhos guia gerações nas veredas da justiça, teu semblante sereno e firme inspira confiança nos que combatem por liberdade. Teu espírito transcende as fronteiras da Argentina, de Cuba e da Bolívia e, chama ardente, ainda hoje inflama o coração de muitos revolucionários.

Mudanças radicais ocorreram nesses trinta anos. O Muro de Berlim caiu e soterrou o socialismo europeu. Muitos de nós só agora compreendem tua ousadia ao apontar, em Argel, em 1962, as rachaduras nas muralhas do Kremlin, que nos pareciam tão sólidas. A história é um rio veloz que não poupa obstáculos. O socialismo europeu tentou congelar as águas do rio com o burocratismo, o autoritarismo, a incapacidade de estender ao cotidiano o avanço tecnológico propiciado pela corrida espacial e, sobretudo, revestiu-se de uma racionalidade economicista que não deixava raízes na educação subjetiva dos sujeitos históricos: os trabalhadores.

Quem sabe a história do socialismo seria outra, hoje, se tivessem dado ouvidos às tuas palavras: “O Estado às vezes se equivoca. Quando ocorre um desses equívocos, percebe-se uma diminuição do entusiasmo coletivo devido a uma redução quantitativa de cada um dos elementos que o formam, e o trabalho se paralisa até ficar reduzido a magnitudes insignificantes: é o momento de retificar”.

Che, muitos de teus receios se confirmaram ao longo desses anos e contribuíram para o fracasso de nossos movimentos de libertação. Não te ouvimos o suficiente. Da África, em 1965, escreveste a Carlos Quijano, do jornal *Marcha*, de Montevidéu: “Deixe-me dizê-lo, sob o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor. É impossível pensar num revolucionário autêntico sem esta qualidade”.

Esta advertência coincide com o que o apóstolo João, exilado na ilha de Patmos, escreveu no *Apocalipse* há dois mil anos, em nome do Senhor, à Igreja de Éfeso: “Conheço-vos a conduta, o esforço e a perseverança. Sei que não suportais os maus. Apareceram alguns dizendo que eram apóstolos. Vós os provais e descobristes que não eram. Eram mentirosos. Sois perseverantes. Sofrestes por causa do meu nome e não desanimastes. Mas há uma coisa que eu reprovoo: abandonastes o primeiro amor” (2, 2-4).

Alguns de nós, Che, abandonaram o amor aos pobres que, hoje, se multiplicam na

Pátria Grande latino-americana e no mundo. Deixaram de se guiar por grandes sentimentos de amor para serem absorvidos por estereis disputas partidárias e, por vezes, fazem de amigos, inimigos, e dos verdadeiros inimigos, aliados. Minados pela vaidade e pela disputa de espaços políticos, já não trazem o coração aquecido por ideais de justiça. Ficaram surdos aos clamores do povo, perderam a humildade do trabalho de base e, agora, barganham utopias por votos.

Quando o amor esfria, o entusiasmo arefece e a dedicação retrai-se. A causa como paixão desaparece, como o romance entre um casal que já não se ama. O que era “nosso” ressoa como “meu” e as seduções do capitalismo afrouxam princípios, transmutam valores e, se ainda prosseguimos na luta, é porque a estética do poder exerce maior fascínio que a ética do serviço.

Teu coração, Che, pulsava ao ritmo de todos os povos oprimidos e espoliados. Peregrinastes da Argentina à Guatemala, da Guatemala ao México, do México à Cuba, de Cuba ao Congo, do Congo à Bolívia. Saístes todo o tempo de ti mesmo, incandescido pelo amor que, em tua vida, se traduzia em libertação. Por isso podias afirmar, com autoridade, que “é preciso ter uma grande dose de humanidade, de sentido de justiça e de verdade para não cair em extremos dogmáticos, em escolasticismos frios, em isolamento das massas. Todos os dias é necessário lutar para que este amor à humanidade viva se transforme em fatos concretos, em gestos que sirvam de exemplo, de mobilização”.

Quantas vezes, Che, nossa dose de humanidade ressecou-se calcinada por dogmatismos que nos inflaram de certezas e nos deixaram vazios de sensibilidade com os dramas dos condenados da Terra! Quantas vezes nosso sentido de justiça perdeu-se em escolasticismos frios que proferiam sentenças implacáveis e proclamavam juízos infamantes! Quantas vezes nosso senso de verdade cristalizou-se em exercício de autoridade, sem que correspondêssemos aos anseios dos que sonham com um pedaço de pão, de terra e de alegria.

Tu nos ensinastes um dia que o ser humano é o “ator desse estranho e apaixonante drama que é a construção do socialismo, em sua dupla existência de ser único e membro da comunidade”. E que este não é “um produto acabado. As taras do passado se trasladam ao presente na consciência individual e há que empreender um contínuo trabalho para erradicá-las”. Quiçá tenha nos faltado sublinhar com mais ênfase os valores morais, as emulações subjetivas, os anseios espirituais. Com o teu agudo senso crítico, cuidaste de advertir-nos de que “o socialismo é jovem e tem erros. Os revolucionários carecem, muitas vezes, de conhecimentos e da audácia intelectual necessárias para encarar a tarefa do desenvolvimento do homem novo por métodos distintos dos convencionais, pois os métodos convencionais sofrem a influência da sociedade que os criou”.

Apesar de tantas derrotas e erros, tivemos conquistas importantes ao longo desses trinta anos. Movimentos populares irromperam em todo o Continente. Hoje, em muitos países, são melhor organizados as mulheres, os camponeses, os operários, os índios e os negros. Entre os cristãos, parcela expressiva optou pelos pobres e engendrou a Teologia da Libertação. Extraímos consideráveis lições das guerrilhas urbanas dos anos 60; da breve gestão popular de Salvador Allende; do governo democrático de Maurice Bishop, em Granada, massacrado pelas tropas dos EUA; da ascensão e queda da Revolução Sandinista; da luta do povo de El Salvador. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores promove, numa centenas de cidades administradas por seus militantes, uma “revolução de baixa intensidade”; na Guatemala, as pressões indígenas conquistam espaços significativos; no México, os zapatistas de Chiapas põem a nu a política neoliberal.

Há muito a fazer, querido Che. Preservamos com carinho tuas maiores heranças: o espírito internacionalista e a Revolução cu-

bana. Uma e outra coisa hoje se intercalam como um só símbolo. Comandada por Fidel, a Revolução cubana resiste ao bloqueio imperialista, à queda da União Soviética, à carência de petróleo, à mídia que procura satanizá-la. Resiste com toda a sua riqueza de amor e humor, salsa e merengue, defesa da pátria e valorização da vida. Atenta à tua voz, ela desencadeia o processo de retificação, consciente dos erros cometidos e empenhada, malgrado as dificuldades atuais, em tornar realidade o sonho de uma sociedade onde a liberdade de um seja a condição de justiça do outro.

De onde estás, Che, abençoes todos nós que comungamos teus ideais e tuas esperanças. Abençoes também os que se cansaram, se aburguesaram ou fizeram da luta uma profissão em benefício próprio. Abençoes os que têm vergonha de se confessar de esquerda e de se declarar socialistas. Abençoes os dirigentes políticos que, uma vez destituídos de seus cargos, nunca mais visitaram uma favela ou apoiaram uma mobilização. Abençoes as mulheres que, em casa, descobriram que seus companheiros eram o contrário do que ostentavam fora, e também os homens que lutam por vencer o machismo que os domina. Abençoes todos nós que, diante de tanta miséria a erradicar vidas humanas, sabemos que não nos resta outra vocação senão converter corações e mentes, revolucionar sociedades e continentes. Sobretudo, abençoe-nos para que, todos os dias, sejamos motivados por grandes sentimentos de amor, de modo a colher o fruto do homem e da mulher novos.

NOTA

— As citações de Che Guevara têm como fonte o texto “El socialismo y el hombre en Cuba”, publicado em **Ernesto Che Guevara, escritos y discursos**, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1977, pp. 253-272.

* Frade dominicano e escritor, autor de **O Paraíso Perdido - nos bastidores do socialismo**, Geração Editorial, São Paulo, entre outros livros.

Poder da imprensa sindical



Comunicação Sindical - Falando para milhões.

Cláudia Santiago e Vito Giannotti, Ed. Vozes, São Paulo, 1997

Um dos desafios mais importantes, nos embates cotidianos contra a forma destrutiva do capitalismo contemporâneo, é compreender o significado que nele tem a *mídia*, a *comunicação* e a *informação*. Se podemos ver pela televisão o que ocorre na Coreia, onde milhares de trabalhadores da indústria automobilística estão hoje em greve, se nos informamos melhor sobre os desdobramentos da Rebelião de Chiapas e da luta antineoliberal dos zapatistas pela internet, entre tantos exemplos que mostram que há um processo de universalização das informações, também não é difícil constatar que a ele se *sobrepõe* um monumental processo de mistificação e manipulação daquilo que Marx chamou de “potência espiritual dominantes” ou o pensamento dominante de cada época.

Esse pensamento se expressa, hoje, no ideário neoliberal, no culto da privatização, na desmontagem dos direitos do trabalho, na mistificadora tese do “fim do socialismo” e das vantagens do “sistema de mercado”, entre tantas deformações que são cotidianamente veiculadas pelo sistema de comu-

nicação mundializado. E o mundo do trabalho, os movimentos sociais, os sindicatos, como devem responder a esta contra-informação? De que mecanismos podem dispor para construir uma hegemonia que seja contrária aos valores dominantes?

O que mais impressiona é que, enquanto o capital tem um ideário estruturado e, no fundamental, bastante coeso, o mundo do trabalho vivencia a fragmentação de uma imprensa sindical ainda predominantemente *corporativista*, isto é, presa ao âmbito restrito da categoria e limitadíssima no que diz respeito à implementação de um projeto de classe abrangente e alternativo à ordem capitalista dominante.

Cláudia Santiago e Vito Giannotti alertam para o fato de que somente a CUT e os sindicatos a ela filiados dispõem hoje, de mais de 600 jornalistas, além de mais de 300 profissionais vinculados aos departamentos de comunicação dos sindicatos. E perguntam: quais sindicatos têm efetivamente uma *política de informação e comunicação* para a *classe* que pretendem representar? Como devem proceder para atingir uma massa de trabalhadores que não tem acesso aos jornais e cuja cabeça é moldada pela *mídia* da ordem? Qual deve ser o conteúdo dessa comunicação sindical?

Este livro militante, que usa tanto a ironia quanto a linguagem direta, por certo auxiliará os sindicatos efetivamente empenhados no projeto de conscientização dos trabalhadores.

(Ricardo Antunes, professor livre docente em sociologia na Unicamp/SP)

Luta operária em Santos



A carga e a culpa (Os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade - 1937/1968).
Fernando Teixeira da Silva, Editora Hucitec e Prefeitura de Santos, SP, 1995

O livro de Fernando Teixeira é resultado de uma longa e rica pesquisa realizada pelo autor entre os doqueiros do porto de Santos. Ele traça um amplo painel das atividades desse grupo de trabalhadores no período que vai de 1937 até 1968. Os capítulos mais interessantes são aqueles que se concentram nas práticas e orientações políticas das duas principais correntes que disputavam a hegemonia do movimento operário: os trabalhistas e comunistas.

Durante a ditadura do Estado Novo (37-45) os trabalhadores reagiram com métodos “não-clássicos” de luta: abandonando o emprego, sabotando a produção e mesmo realizando pequenos furtos. Ou seja, métodos de resistência “que nenhuma lei consegue extirpar”. Já em abril de 1945, os doqueiros se colocam na vanguarda do movimento grevista que se instalaria a partir da crise final do Estado Novo.

Os trabalhadores de Santos não se destacaram apenas na ação meramente sindical.

Seu nível de consciência traduziu-se também no campo político-institucional. Não foi sem motivo que entre 45/47 o Partido Comunista se constituiu na principal força política de Santos. Em 1945, seu candidato à presidência da República venceu as eleições na cidade com 45,06% dos votos e Prestes foi o candidato ao Senado mais votado, seguido de outro comunista, Rafael Sampaio Filho. Getúlio Vargas ficou em terceiro lugar. Nas eleições para a Câmara dos Vereadores, em outubro de 47, das 35 cadeiras disputadas, 14 foram ocupadas pelos comunistas. Por isso que Santos era conhecida como a “cidade vermelha”.

No entanto, o autor constata uma contradição entre as diretivas dadas pela direção do PCB e a ação de suas bases. Enquanto a direção pregava uma política de “apertar o cinto” e conter as greves, os militantes portuários “clamavam nas assembléias... pela paralisação dos serviços portuários”.

Após a repressão iniciada por Dutra com a cassação do registro do PCB e dos seus deputados e com a intervenção no sindicato dos doqueiros, os comunistas passaram a se utilizar da Associação Beneficente dos Empregados da Cia. Docas. Mas, em 49, depois de inúmeros conflitos com os ministerialistas, a associação foi fechada. Segundo o autor, a posição mais à esquerda assumida pela direção do PCB no período coincidiu com os interesses dos operários do porto.

Nas eleições sindicais de 1950 os petebistas vencem as eleições do Sindicato dos Doqueiros. Essa vitória praticamente coincidiu com a volta de Vargas ao poder. Mas já em 1955 a chapa apoiada pelo PCB ganha a eleição sindical. Logo após, o Ministério do

Trabalho determina a exclusão de quatro diretores, acusados de comunistas. Em 5 de julho, após uma greve no porto, uma portaria destituiu a diretoria eleita do sindicato. Pouco tempo depois os trabalhistas voltariam a assumir a direção do sindicato.

Entre 1960 e 1963 ocorreram em Santos inúmeras paralisações, várias delas em solidariedade a outras categorias e com total adesão dos portuários. Santos também foi palco de várias greves gerais políticas. Em 1962 paralisou em favor de um “gabinete democrático e nacionalista”, que lutasse pela efetivação das reformas de base. No mesmo ano, parou em defesa da volta do presidencialismo. Os operários de Santos também tiveram importante papel na resistência ao golpe militar de 64.

Logo em 1º de abril os principais sindicatos santistas sofreram intervenção, mas os trabalhadores não se curvaram. No dia posterior ao golpe “não havia qualquer serviço de bondes e nenhum trem trafegou sobre os trilhos da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Em Cubatão, a Refinaria Presidente Bernardes, a Cosipa e outras indústrias permaneceram imobilizadas ... Os portuários mantiveram a greve por três dias, mas sua reação ficou mais conhecida pela teimosia da ‘operação-tartaruga’, que perdurou ainda por muito tempo”.

Assim, o autor pretende relativizar alguns estudos que procuram as causas da suposta heteronomia da classe operária no seu vínculo com um tipo específico de sindicalismo. Segundo essa visão, o sindicalismo de tipo populista, imperante entre 30/64, destacava-se pelo menosprezo à luta econômico-corporativista e a supervalorização da luta política (nacional-reformista); pela concentração de sua ação nos setores público-estatais em detrimento do setor privado, em especial dos “setores modernos” da economia; pelo descaso com a organização nos locais de trabalho, estabelecendo práticas cupulistas de tomada de decisão; e por conduzir o movimento sindical a uma subordinação ideológica e política ao Estado e aos governos populistas.

Em contraposição a essa tese, Fernando Teixeira constata a eclosão de inúmeras lutas reivindicativas, inclusive nas empresas ditas modernas, entre 61/62. Questionando a tese do cupulismo, contra-argumenta: “Nas greves aqui apresentadas... foram raras as exceções em que não constatamos uma presença marcante dos trabalhadores na eclosão de tais movimentos... Diversas dessas greves pararam integralmente a cidade de Santos”. E conclui: “Está para ser suficientemente demonstrado que essa atuação ocorreu em geral de forma cupulista e sem qualquer organização das bases operárias nas empresas”.

Para ele, mesmo a subordinação dos sindicatos ao Estado populista deveria ser repensada. “Apesar da reciprocidade entre governo e trabalhadores, verificamos também que não faltaram momentos em que esses laços de interdependência foram temporariamente rompidos ou questionados com severidade”, avalia.

De fato, o livro contribui para relativização de certas teses que predominaram até recentemente. Mas o autor, ao caminhar em sentido oposto, incorre em erros teóricos mais graves do que àqueles que procurou criticar. Teixeira parece alimentar ilusões sobre o papel e a ação da Justiça do Trabalho no Brasil. Para ele, “o domínio da lei submetia também os patrões às regras jurídicas, restringindo o poder arbitrários”. Mas não a só a Justiça do Trabalho, mas o próprio governo populista, sobretudo na pessoa do presidente, era visto “como uma possibilidade de impor limites aos desmandos da empresa”.

Nesse caso, a própria “mitificação” em torno da figura de Vargas não deveria ser atribuída a uma “falsa consciência” dos trabalhadores. Para ele, existia uma lógica de interdependência que fazia com que os governos populistas fossem também “prisioneiros” dos trabalhadores. Não temos dúvida de que a própria regulamentação dos direitos trabalhistas impõe limites à ação despótica dos capitalistas individuais. Mas não devemos ver mais do que existe, pois esta leis são também bastante funcionais na reprodução

do sistema capitalista e de forma alguma se contrapõe a ele.

Uma das “virtudes” da legislação no capitalismo é, formalmente, tratar todos como iguais. A igualdade no campo jurídico encobre a profunda desigualdade social existente na sociedade. Portanto, o fato do olhar dos trabalhadores estar encoberto pelo grosso véu da ideologia jurídica burguesa, na sua variante populista, não pode ser encarado

como algo positivo. A luta pelos direitos sociais e políticos dos trabalhadores deve coincidir com a desconstrução das ilusões em relação ao Estado e ao direito burguês. Nesse sentido, a noção de “alienação”, ou heteronomia, continuam tendo um papel fundamental para entender as particularidades do movimento operário brasileiro no pós-30.

(Augusto Buonicore)

Concurso CHE GUEVARA

Homenagem aos 30 anos de sua morte

Regulamento

1. O Instituto Maurício Grabois e o Centro de Estudos Sindicais instituem nesta data o Concurso Che Guevara, que terá o seguinte regimento:

a) A ele poderão concorrer pessoas de toda nacionalidade, cor, genero, religião, credo político ou filiação partidária.

Parágrafo Único - dele poderão participar equipes ou entidades que assinarão os trabalhos e concorrerão coletivamente ao prêmio.

2. Todos os trabalhos deverão abordar aspectos da vida e da obra de Ernesto "Che" Guevara.

3. O Concurso será dividido em três seções ou áreas, com prêmios separados para cada uma.

Essas seções serão:

a) *Prosa (de ficção ou ensaio)*

b) *Poesia*

c) *Cartaz*

4. Os concorrentes deverão enviar à secretaria do concurso, com seu pseudônimo, 5 (cinco) cópias do trabalho, sendo:

Prosa: com no máximo de 150 (cento e cinquenta) laudas (uma lauda equivale a 20 linhas de 70 toques), enviada com 5 (cinco) cópias em papel e gravada em disquete (word 6.0).

Poesia: as poesias deverão ser enviadas com 5 (cinco) cópias e uma cópia em disquete.

Cartaz: original em tamanho natural e 4 (quatro) cópias (pode ser em tamanho reduzido).

5. Os concorrentes enviarão separadamente em envelope lacrado, o pseudônimo, nome completo datilografado, título do trabalho e assinatura legal em nome de:

CONCURSO CHE GUEVARA
Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158
CEP 01323-010, São Paulo - SP
Informações: (011) 289-1496 - Antonia

6. Os trabalhos deverão ser apresentados improrrogavelmente até o dia 30 de julho de 1997.

7. Terminado este prazo, a comissão julgadora, que será constituída de intelectuais de reconhecido valor, terá 30 dias para tornar público os nomes dos

vencedores do concurso. Isto se dará em ato público e o seu resultado será imediatamente comunicado aos vencedores.

8. Os prêmios serão assim distribuídos:

	Prosa	Poesia	Cartaz
1º lugar	Publicação*	Publicação	Viagem a Cuba
2º lugar	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00
3º lugar	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00

* A depender de patrocinador haverá também viagem a Cuba.

Obs.: Haverá também menção especial aos melhores trabalhos realizados por jovens de até 25 anos, que não tenham sido contemplados nas premiações regulares.

9. Divulgados os nomes dos ganhadores, os organizadores do concurso terão um mínimo de 10 (dez) dias e um máximo de 20 (vinte) dias para entregar os prêmios aos vencedores ou seus representantes em sessão solene e local público que será antecipadamente anunciado.

10. Os concorrentes não poderão apelar da decisão do Juri, que será irrecurível. Os originais que não forem premiados não serão devolvidos, ficando depositados nos arquivos do Instituto Maurício Grabois.

São Paulo, 06 de novembro de 1996

Pela Comissão Organizadora:

Clóvis Moura, Paula Beiguelman,
José Carlos Ruy, Soraya Moura, Marco Antonio Villa,
Aluisio Sampaio, Martiniano J. da Silva,
Antonio Fernandes Neto

PROMOÇÃO:

INSTITUTO MAURÍCIO GRABOIS
CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS

PATROCÍNIO:

SANCHAT TOUR - TEL. (011) 259.6466 FAX (011) 258.8859

(SUA AGÊNCIA DE VIAGEM PARA CUBA)

**COLABORE COM O CONCURSO: BANCO DO BRASIL S/A
AGÊNCIA 0018-3, C/C 956427-6 - CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS (CES)**

Assine a revista

DEBATE SINDICAL

Faça hoje mesmo a sua assinatura da *Debate Sindical*. Ela custa apenas R\$ 28,00. Receba em casa ou na sede da sua entidade uma publicação especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura dá direito a quatro edições.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Estado:
Telefone: (.....) CEP Data da assinatura:
Sindicato a que pertence:

Preencha os dados em letra de forma e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal e cruzado, para o Centro de Estudos Sindicais (CES), Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, Fone/Fax: (011) 289-1496

SEJA REPRESENTANTE DA *DEBATE SINDICAL* NO SEU ESTADO

Ajude a vender assinaturas de uma revista comprometida com o avanço do sindicalismo classista em nosso país. Além disso, complemente seu orçamento, recebendo 25% do valor da assinatura. Entre imediatamente em contato com o Centro de Estudos Sindicais para preencher o seu cadastro e receber os materiais de divulgação da *Debate Sindical*.

FONE/FAX: (011) 289-1496